

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO- UFMA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
SUELEN STHEFANE DOS SANTOS MORAES

MANIFESTAÇÕES DE BULLYING NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O
PAPEL DO DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E ENFRENTAMENTO DESSE
PROBLEMA

SÃO LUÍS/MA

2025

SUELEN STHEFANE DOS SANTOS MORAES

MANIFESTAÇÕES DE BULLYING NA ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O
PAPEL DO DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E ENFRENTAMENTO DESSE
PROBLEMA

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia da Universidade Federal do
Maranhão para obtenção do grau de licenciada em
Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Kaciana Nascimento da
Silveira Rosa

SÃO LUÍS/MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Moraes, Suelen Sthefane dos Santos.

Manifestações de Bullying na Escola : uma investigação sobre o papel do docente na identificação e enfrentamento desse problema / Suelen Sthefane dos Santos Moraes. - 2025.

57p.

Orientador(a): Kaciana Nascimento da Silveira Rosa. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,

Universidade Federal do Maranhão, São Luís- Ma, 2025.

1. Bullying. 2. Identificação. 3. Violência. I. Rosa, Kaciana Nascimento da Silveira. II. Título.

SUELEN STHEFANE DOS SANTOS MORAES

MANIFESTAÇÕES DE BULLYING NA ESCOLA

Uma investigação sobre o papel do docente na identificação e enfrentamento desse problema

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Kaciana Nascimento da Silveira Rosa

São Luís, 06 de Março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Kaciana Nascimento da Silveira Rosa)

Prof.^a Dr.^a Rosemary Ferreira da Silva

Profa. Dra. Thais Andrea Carvalho de Figueiredo Lopes

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por toda a força que me foi concedida nos meses de realização deste trabalho.

Agradeço aos meus pais por terem me ensinado a trilhar o melhor caminho, por terem me dado todo o apoio necessário na minha jornada estudantil, por sempre torcerem por mim e por me darem a certeza de que eu sou amada e capaz.

Agradeço ao meu irmão por sempre estar ao meu lado me incentivando, apoiando e aumentando a minha autoconfiança.

Agradeço à minha avó e aos familiares que de certa forma me apoiaram com palavras de incentivo e na realização da pesquisa.

Agradeço à minha orientadora Prof^a. Dr^a. Kaciana Nascimento da Silveira Rosa por ter aceitado me orientar e ter me guiado na realização deste trabalho.

Agradeço às professoras que se disponibilizaram em responder à pesquisa com muita paciência e carinho. Sem elas eu não poderia ter concluído.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha jornada acadêmica e de alguma forma me mudaram, seja no meu pensamento crítico, seja no meu amadurecimento intelectual e cultural.

Agradeço às amigas que construí ao longo do caminho e que me deram força para que eu conseguisse me dedicar à pesquisa.

Agradeço à Instituição pelo suporte e por ter sido minha segunda casa por tantos anos. A UFMA me transformou em alguém melhor, por isso eu serei eternamente grata.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que já praticaram bullying contra mim, porque elas me deram a força necessária para que eu buscasse ser melhor e tivesse a vontade de realizar um trabalho que tem o objetivo de ajudar outras pessoas que também são vítimas.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu chegasse até aqui, meu muito obrigada.

RESUMO

O *bullying* é uma forma de violência que se caracteriza pela falta de motivação aparente, pela forma repetitiva das ações, a partir de relações de poder, afetando crianças e adolescentes no mundo todo. Por apresentar causas diversas, como fatores sociais, históricos, sociais, culturais, além da relação familiar e de outros meios que influenciam na construção da agressividade no indivíduo, e consequências catastróficas, surgiu a necessidade de elaborar o problema de pesquisa que consiste em entender como o docente do ensino fundamental age na identificação e enfrentamento do bullying. Os demais objetivos consistiram em identificar os tipos de bullying e os contextos em que ocorrem; conhecer os personagens e as consequências dessas manifestações e reconhecer como o docente deve lidar com o bullying a fim de prevenir essa questão. Para isso foi usada a pesquisa bibliográfica como metodologia, além da abordagem qualitativa que contou como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada com professoras da rede pública do município de São Luís- MA. A pesquisa aponta que o bullying apresenta dificuldade na sua identificação devido à falta de diferenciação com outras formas de violência, nas manifestações que ocorrem, muitas vezes, de forma velada, no silêncio das vítimas e na rotina escolar agitada. A partir da pesquisa, pudemos concluir que a formação continuada e o oferecimento de condições adequadas de trabalho caracterizam pilares fundamentais para o desenvolvimento de práticas educativas que minimizarão os casos de *bullying* e a gravidade das suas consequências.

Palavras-chave: *Bullying*; Identificação; Violência

ABSTRACT

Bullying is a form of violence characterized by an apparent loss of motivation, a repetitive way of acting, through power relations, affecting children and teenagers worldwide. Since it can be presented by diverse causes, such as social, historical and cultural factors, also the family relation and other means which influence in the construction of an individual's aggressivity, and by catastrophical consequences, arose the necessity to elaborate the research problem that consists in the understanding of how a elementary school professor acts in the identification and tackling of bullying. The remaining objectives consists in identifying the types of bullying and the contexts in which they occur; be acquainted to the characters and consequences of these manifestations and acknowledge how professors must deal with bullying to prevent this question. For this the bibliographical research was used as methodology, in addition to a qualitative approach made by using as an instrument of research a semi-structured interview with professors from the public municipal system of São Luís - MA.

The research signals that the bullying presents a difficulty in its identification due to an absence of differentiation with other forms of violence, in manifestations that occur, oftentimes, in a concealed way, in the silence of the victims and a busy school routine. From this research, we can conclude that the continued formation and the offering of adequate working conditions characterize fundamental pillars for the development of educational practices that will minimize cases of bullying and the gravity of its consequences.

Key words: Bullying; Identification; Violence

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	4
2.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	7
3.BULLYING: UM NOME ATUAL PARA UM PROBLEMA ANTIGO	12
3.1. Histórico do fenômeno e Programas de combate ao bullying	15
3.2. O que diz a legislação	18
4. IDENTIFICANDO O BULLYING: OS PERSONAGENS, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.....	23
4.1. Os personagens.....	25
4.2. Causas e consequências do fenômeno.....	30
5. O PAPEL DO DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E ENFRENTAMENTO DO BULLYING.....	36
6.O QUE PENSAM AS PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA	39
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	57

1.INTRODUÇÃO

A violência é um problema complexo que se manifesta em diferentes contextos, dentre eles o social, cultural e familiar. No contexto escolar, mesmo que sempre tenha existido, foi atribuído à violência um nome que ganhou muita repercussão pela gravidade dos casos noticiados: o *bullying*.

O *bullying* corresponde a um conjunto de atitudes de violência física e/ou psicológica de forma repetitiva e sem motivo aparente, praticado por um *bully* (agressor) contra uma ou mais vítimas que se encontram impossibilitadas de se defenderem; ou seja, qualquer pessoa pode estar sujeita a isso (Fante, 2005; Silva, 2015).

Lopes Neto (2005) destaca ainda a desigualdade de poder entre os envolvidos como característica do *bullying*:

Compreende todas as atividades agressivas, intencionais e repetitivas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executados dentro de uma relação desigual de poder. Essa assimetria de poder associada ao bullying pode ser consequente da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes. (Lopes Neto, 2005, p.165).

Além das características físicas, as sociais, culturais e religiosas também podem ser vistas como motivos para que ocorra o bullying. Contudo, a identificação se torna difícil pela confusão entre o que é brincadeira e o que não é. Para Fante (2008, p.108), é necessário observar padrões como “ações deliberadas e repetitivas, desequilíbrio de poder, ausência de motivação evidente e sentimentos despertados”.

A elaboração desta pesquisa justifica-se pelos dados crescentes referentes a situações de violência entre pares no ambiente escolar, como o ocorrido com o aluno Carlos Teixeira, 13 anos, que teve sua vida ceifada após sofrer ataques proferidos por outros alunos dentro de uma escola em São Paulo, onde, segundo os pais da vítima, houve falta de assistência da escola perante os indícios de bullying (G1, 2024).

Casos como o de Carlos não são únicos. Todos os dias há notícias de ataques ou violência, seja física ou verbal, dentro de ambientes que deveriam remeter à segurança. Infelizmente, só há a atenção da escola quando as consequências são irreversíveis (Fante, 2005).

Autoras como Fante (2005) e Silva (2015) relatam a falta de conhecimento dos professores ao identificarem manifestações de bullying e a negativa do corpo docente

em geral de reconhecer a gravidade desse tipo de ação. Além disso, este trabalho irá contribuir com a discussão, pois traz a perspectiva de professoras da rede pública do município de São Luís- MA, onde há escassez de pesquisas sobre o tema.

Portanto, considerando a relevância de conhecer o papel do professor na construção de um ambiente mais seguro e livre de *bullying*, foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: Como o docente do ensino fundamental identifica e lida com situações de *bullying* no contexto escolar?

O objetivo geral deste estudo é investigar como o docente do ensino fundamental age na identificação e solução desse problema no contexto escolar. Além disso, os objetivos específicos são: identificar os tipos de *bullying* e os contextos em que ocorrem; conhecer os personagens e as consequências dessas manifestações de violência na escola; reconhecer como o docente da rede municipal de São Luís-MA lida com o *bullying* a fim de prevenir essa questão.

A metodologia utilizada é bibliográfica, de abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas como instrumentos de pesquisa, além da bibliografia. As entrevistadas foram quatro professoras, dos anos iniciais e anos finais, da rede pública de ensino do município de São Luís- MA.

O período de coleta de dados ocorreu nos meses de dezembro e janeiro de 2025. Os procedimentos adotados para a realização das entrevistas foram: conversa inicial sobre o objetivo do presente estudo; entrega do Termo de Consentimento e garantia de anonimato das professoras entrevistadas.

Os principais autores que nortearam a fundamentação e análise dos dados foram: Fante (2005), Lopes Neto (2005), Silva (2015), Guareschi (2008), entre outros que abordam a violência nas escolas e o *bullying* escolar.

A estrutura da pesquisa é constituída pelos seguintes capítulos: o segundo capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, cuja realização se fez através de pesquisa bibliográfica e entrevistas.

O terceiro capítulo, intitulado “Bullying: um nome atual para um problema antigo” trata sobre o aprofundamento e contextualização do *bullying*, abordando as necessidades e importância do tema de acordo com estudiosos da área e divide-se em duas seções: a primeira trata sobre o histórico do fenômeno bem como os programas de prevenção e combate ao redor do mundo; a segunda seção apresenta a legislação que contempla o referido tema, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 13.185 de 2015.

O quarto capítulo, intitulado “Identificando o *Bullying*: os personagens, suas causas e consequências” consiste em explorar a identificação do *bullying* e os contextos em que ocorre, dividindo-se em duas seções. A primeira aborda os personagens envolvidos no fenômeno; e a segunda apresenta as suas causas e consequências.

O quinto capítulo visa discutir sobre o papel do/a professor/a no enfrentamento do *bullying* escolar.

O sexto capítulo busca apresentar e analisar os dados gerados a partir das entrevistas realizadas com as docentes da rede municipal de São Luís- MA através de concepções de autores e resultados de pesquisas anteriores.

Por fim, o último capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa.

Mesmo que o *bullying* seja um problema que envolva vários fatores e personagens, como o agressor, a vítima, a família e a sociedade, a escola também tem grande responsabilidade. Nesse sentido, faz-se necessário investigar sobre o papel do docente nesse embate, visto que é a autoridade mais próxima dos alunos. Portanto, esta pesquisa visa contribuir com a discussão sobre esse tema, utilizando-se de trabalhos anteriores e autores referência, trazendo a perspectiva de professoras da rede pública de São Luís- MA.

2.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada é baseada na abordagem qualitativa, com entrevistas e pesquisa bibliográfica. A escolha dessa abordagem foi feita porque esse tipo de pesquisa permite que o pesquisador tenha a possibilidade de aprofundar-se no seu objeto de estudo através de pesquisas e obras de outros autores. Gil (2002) denomina pesquisa como:

[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. (Gil, 2002, p. 17)

Para Fachin (2006), a pesquisa bibliográfica representa um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda natureza e tem como objetivo conduzir o leitor à pesquisa de determinado assunto, proporcionando o conhecimento.

Ao discutir sobre esse tipo de pesquisa, Gil (2002) cita que a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é possibilitar ao pesquisador o acesso a uma gama ampla de fenômenos que ele não teria acesso anteriormente, oportunizando ainda o conhecimento de fatos históricos

Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda *per capita*; todavia, se tem a sua disposição uma bibliografia adequada, não tem maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. (Gil, 2002, p. 45)

Marconi e Lakatos (2003) afirmam que a pesquisa bibliográfica possibilita um contato direto com tudo que já foi escrito, dito e produzido sobre o assunto. Todavia, não é apenas uma repetição daquilo que já foi estudado, mas sim um estudo partindo de uma nova perspectiva a fim de obter novos resultados.

Tozoni-Reis (2009) aponta que a pesquisa bibliográfica compreende as fases: delineamento da pesquisa, revisão bibliográfica, coleta de dados, organização dos dados, análise e interpretação dos dados e redação final. Dessa forma, houve a utilização dessas etapas para a construção deste trabalho.

A escolha do tema foi baseada na necessidade de se debater o bullying nas escolas, visto que é um fenômeno presente há muitas gerações, mas que pouco foi

estudado levando em consideração a gravidade das suas sequelas. Sabe-se que a violência existe em diferentes cenários, mas é imprescindível compreender os problemas do bullying no ambiente escolar e como os docentes devem agir ao se depararem com essas situações.

Para Gil (2002), um problema é de natureza científica quando envolve variáveis que podem ser testadas, observadas e possíveis de manipulação, ou seja, a partir da pesquisa, pode-se observar fenômenos e sugerir práticas que possibilitem a compreensão e solucionamento desses problemas através da relação entre variáveis que os compõem. Além disso, a formulação de um problema não deve partir exclusivamente de noções pré-definidas, pois estas devem ser transformadas seguindo fatos empíricos, não percepções pessoais.

Ao formular um problema de pesquisa, deve atentar-se também ao fato de que o problema deve ser suscetível de solução e ser delimitado a uma dimensão viável. (Gil, 2002). Dessa forma, o problema de pesquisa denominado: “como o docente do ensino fundamental identifica e lida com situações de bullying no contexto escolar?” restringe-se às percepções de professores do ensino fundamental, visto que abrange a faixa etária mais suscetível às ações de bullying, delimitando-se na capital maranhense, pois, até o momento, a escassez de pesquisas sobre o tema é evidente.

A abordagem qualitativa foi feita porque a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2009), trabalha com o universo de significados, motivos, valores e cresças, não se permitindo ser quantificada.

[...] se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 2009, p.21)

Para Gil (2002) as fontes bibliográficas mais conhecidas são os livros de leitura corrente, isto é, abrangem tanto obras referentes a variados gêneros literários, como as de divulgação, cujo cunho é sobre conhecimentos científicos e técnicos. No entanto, existem muitas outras fontes para a realização da pesquisa bibliográfica, tais como: obras de referência, teses e dissertações, periódicos científicos etc. Desse modo, as principais obras que embasaram a pesquisa foram: “Bullying- Mentas perigosas nas escolas” de Ana Beatriz Silva (2015); “Fenômeno Bullying- Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz?” de Cleo Fante (2005); “Bullying- Comportamento agressivo entre estudantes”, de Aramis A. Lopes Neto (2005), assim

como artigos científicos e dissertações sobre o tema. Tais obras traçam análises sobre o *bullying*, suas características, seus personagens e o papel da escola no tratamento dessa problemática.

A partir da análise da bibliografia e da delimitação do problema de pesquisa, houve o delineamento dos objetivos, geral e específicos, que consistem em: investigar como o docente do ensino fundamental age na identificação e solução do *bullying* no contexto escolar; identificar os tipos de *bullying* e os contextos em que ocorrem; conhecer os personagens e as consequências dessas manifestações de violência na escola; reconhecer como o docente da rede pública municipal de São Luís- MA lida com o *bullying* a fim de prevenir essa questão.

Para atender aos objetivos, o trabalho foi dividido em sete capítulos, sendo o primeiro, a introdução, o segundo chamado de procedimentos metodológicos, o terceiro denominado “*Bullying*, um nome atual para um problema antigo”, o quarto chamado “Identificando o *Bullying*: os personagens, suas causas e consequências”, o quinto intitulado “O papel do/a docente no enfrentamento do *bullying*”, o sexto, “O que pensam as professoras do ensino fundamental da rede pública de São Luís- MA”, e o último traz as considerações finais.

O capítulo intitulado *Bullying*, um nome atual para um problema antigo divide-se nos subcapítulos: Histórico do fenômeno; Programas anti-bullying ao redor do mundo; e O que diz a legislação. A partir disso, contextualiza o fenômeno, mostrando seus passos no decorrer da história através de eventos decisivos para a disseminação do problema, além da criação de programas de prevenção e combate ao redor do mundo.

O quarto capítulo: *Identificando o Bullying: os personagens, suas causas e consequências*, traz definições de autores sobre o problema, diferenciando-o de outras formas de violência, além de exprimir suas possíveis causas e consequências.

O quinto capítulo intitulado “O papel do/a docente no enfrentamento do *bullying*”, visa compreender as atribuições do educador quanto ao trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes a fim de minimizar ou prevenir manifestações de *bullying*.

O sexto capítulo traz a perspectiva de professoras do ensino fundamental sobre o fenômeno *bullying*, seus tipos, a importância de se falar sobre o tema, os desafios que enfrentam na identificação e enfrentamento do problema, além da análise dos dados.

O instrumento de geração de dados foi a entrevista semiestruturada, pois possibilita o levantamento de questões através de diferentes pontos de vista. Entrevistas são feitas para compreender a perspectiva do outro, partindo do pressuposto de que essa perspectiva é importante e pode ser conhecida e explicitada (Patton, 2002).

Minayo (2009, p.64-66) cita que “a entrevista semiestruturada combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

Já Gil (2002), ao discorrer sobre os instrumentos de coleta de dados, conclui que a partir de qualquer instrumento utilizado, as técnicas de interrogação implicam a obtenção de dados através do ponto de vista dos pesquisados, por isso, mostram-se eficazes quanto à abordagem sobre o que o indivíduo sabe ou acredita.

[...] o levantamento apresentará sempre algumas limitações no que se refere ao estudo das relações sociais mais amplas, sobretudo quando estas envolvem variáveis de natureza institucional. No entanto, essas técnicas mostram-se bastante úteis para a obtenção de informações acerca do que a pessoa “sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes (Selltiz, 1967, p. 273 apud Gil, 2002, p. 115).

Nesse sentido, as entrevistas foram realizadas com quatro professoras da rede pública de ensino do município de São Luís- MA, e serão denominadas de professoras A, B, C e D (a fim de garantir o anonimato para maior conforto das entrevistadas), que trabalham nos anos iniciais e anos finais. A escolha dos personagens da pesquisa foi feita a partir da vontade de se discutir as vivências na sala de aula, atraindo o olhar sobre o *bullying* e a sua incidência tanto nos anos iniciais quanto nos finais, com o propósito de compreender as causas e as possíveis diferenças entre as distintas fases de ensino. Segundo Minayo (2011), o “verbo principal da análise qualitativa é compreender”, isto é, se colocar no lugar do outro para compreendê-lo, além de respeitar a sua singularidade e perceber que a sua vivência é resultado do contexto em que vive e da cultura do grupo em que ele está inserido.

O segundo passo para a análise qualitativa é definir o objeto a partir de uma questão problematizadora e teorizá-lo. A definição de um objeto não reside na indagação em si, mas no seu esclarecimento e contextualização por meio da teorização que o torna um fato científico construído (Minayo, 2011). A partir da questão problematizadora escolhida foram definidos os autores que fundamentam a pesquisa.

Posteriormente, deve-se delinear as estratégias da pesquisa, como por exemplo os roteiros e, preparar-se com hipóteses e teoria, mas abrir espaço para questionamentos (Minayo, 2011). Dessa forma, foi elaborado o roteiro das entrevistas, que consistia em perguntas sobre a experiência das docentes em sala de aula; o conhecimento sobre a definição de *bullying*, bem como os indícios e personagens; a importância da formação continuada abarcando esse tema; e a implementação de práticas pedagógicas que ajudem a preveni-lo ou minimizá-lo.

A escolha das personagens da pesquisa foi feita por já ter tido contato anterior com as mesmas e pela disponibilidade delas, porém, como foi realizada no período de férias escolares (Dezembro a Janeiro, 2024-2025), as entrevistas foram feitas através do *Whatsapp*, no qual a professora A preferiu responder às perguntas através de áudios, enquanto as professoras B, C e D responderam de forma escrita, o que tornou suas respostas mais objetivas.

Posteriormente, houve a organização e interpretação dos dados obtidos através das pesquisas de modo que, caso as entrevistadas estivessem presentes, concordariam com os resultados das análises (Minayo, 2011). Portanto, a análise de dados, intitulada “O que pensam as professoras do ensino fundamental” fundamenta-se através de comparações entre as transcrições das respostas das entrevistadas e os apontamentos dos autores que embasam o trabalho.

A conclusão de uma análise qualitativa deve conter um texto capaz de transmitir informações claras, objetivas e fidedignas. Contudo, é importante compreender que uma pesquisa nunca é uma obra acabada, visto que novos dados surgem constantemente, porém, continua sendo um meio necessário na busca de solução de problemas que assolam a sociedade em que vivemos.

3.BULLYING: UM NOME ATUAL PARA UM PROBLEMA ANTIGO

Ao se falar de violência, pode-se depreender que é um fenômeno que está presente em diferentes contextos e assola a humanidade por muitos anos; afinal, a violência explícita é debatida desde a educação básica através do estudo de acontecimentos históricos, como guerras mundiais, revoluções, regimes ditatoriais, entre outros. Lopes Neto (2005, p.165) destaca que “a violência é um problema de saúde pública importante e crescente no mundo todo, com sérias consequências individuais e sociais”. Por ser um fenômeno multifacetado, atinge cenários diversos e distintas idades, o que nos leva a discutir sobre a presença dela no ambiente escolar, que, com o passar dos anos, vem atingindo níveis cada vez maiores de incidência e gravidade (Lopes Neto, 2005).

O termo violência escolar diz respeito a todos os comportamentos agressivos e anti-sociais, incluindo os conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, etc. Muitas dessas situações dependem de fatores externos, cujas intervenções podem estar além da competência e capacidade das entidades de ensino e de seus funcionários. Porém, para um sem número delas, a solução possível pode ser obtida no próprio ambiente escolar (Lopes Neto, 2005, p. 165).

Contudo, a violência escolar não diz respeito somente a alunos que se agredem, discutem e se ferem até que algum adulto interfira. Tão prejudicial quanto a violência explícita, é a velada, na qual a identificação e, conseqüentemente, possível intervenção é muito mais complexa. Nesse sentido, chama-se *bullying* a violência que ocorre no ambiente escolar a partir de relações interpessoais, desencadeando-se de forma repetida com uma ou mais vítimas dentro de um desequilíbrio de poder e sem motivações aparentes (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005; Silva, 2015).

Porém, aliada à violência explícita, uma outra forma de violência deve despertar a atenção dos profissionais de educação: aquela que se apresenta de forma velada, por meio de um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos, prolongadamente contra uma mesma vítima, e cujo poder destrutivo é perigoso à comunidade escolar e à sociedade como um todo, pelos danos causados ao psiquismo dos envolvidos. Referimo-nos à fenomenologia *bullying*, aquela que gera e alimenta a violência explícita e que vem se disseminando nos últimos anos, tendo como resultado os nefastos massacres em escolas localizadas nas mais diversas partes do mundo e, ultimamente, no Brasil (Fante, 2005, p. 21).

Desde a década de 1990, tragédias em escolas ganharam mais notoriedade e alarmaram as populações de diferentes partes do mundo. O medo e a insegurança passaram a ser sentimentos presentes em um lugar que deveria zelar pelo bem estar de crianças e adolescentes.

Em 1998, no Arkansas, dois estudantes de 11 e 13 anos atiraram contra a sua escola matando quatro meninas e uma professora (Encyclopedia of Arkansas, 2024); em 1999, ocorreu possivelmente o caso mais famoso envolvendo massacres em escolas, em Columbine, onde dois adolescentes, de 17 e 18 anos, assassinaram doze alunos, feriram vinte e logo depois suicidaram-se (Fante, 2005; Marran, 2018; BBC News, 2022).

No Brasil, no ano de 2011, em Realengo, um homem de 23 anos, ex-aluno da escola, assassinou doze estudantes e se suicidou em seguida (O Globo, 2024). Essas tragédias não devem ser vistas como fatos isolados, pois possuem semelhanças na sua concepção (Fante, 2005). A falta de motivação imediata, a frieza no planejamento e execução das ações, além dos autores serem considerados diferentes da maioria dos outros alunos em relação à socialização e ao sentimento de rejeição, levam-nos a um denominador comum: o *bullying*.

Acreditamos que as situações constrangedoras e as formas de exclusão socioeducacionais a que foram submetidos esses alunos produziram registros traumáticos em seus arquivos de memória, superdimensionados e privilegiados devido à forte carga emocional vivenciada (Fante, 2005, p. 24).

Um levantamento realizado pelo DataSenado concluiu que cerca de 6,7 milhões de estudantes brasileiros sofreram algum tipo de violência na escola em 2023; foram notificados mais de 121 mil casos protocolados em cartório no mesmo ano (ALEMA, 2024). Um outro estudo, realizado pelo IBGE, constatou que 23% dos brasileiros relataram ter sofrido *bullying* ao longo de suas vidas (IBGE, 2021). O Instituto Sou da Paz, a partir de um estudo realizado no final de 2022, relata que desde 2003 o Brasil registrou onze casos de ataques com armas de fogo em escolas (Instituto Sou da Paz, 2023). Pesquisas realizadas pelo psiquiatra Timothy Brewerton, apresentadas no Rio de Janeiro entre 1966 e 2011, relataram a ocorrência de 66 ataques em escolas no mundo, em que 87% dos atiradores sofreram *bullying* (UniCEUB, 2011).

Um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) constatou que “mais de 150 milhões de adolescentes entre 13 e 15 anos de diferentes países já tiveram alguma experiência de violência dentro ou ao redor da escola envolvendo seus pares” (UNICEF, 2023). Além disso, somente no Brasil, 14,8% dos estudantes já declararam faltar à aula por não se sentirem seguros dentro e fora do ambiente escolar, e outros 7,4% foram vítimas de *bullying*. Por outro lado, 19,8% dizem já ter praticado essa violência (UNICEF, 2023).

A Organização das Nações Unidas (ONU), no início de 2017, expôs que metade de crianças e jovens no mundo já sofreram *bullying* em algum momento da sua vida (ONU, 2016). Esse estudo contou com 100 mil crianças de 18 países. No Brasil, os números chegam a 43% (ONU, 2016). A taxa é semelhante a de países latinos como: Argentina (47,8%), Colômbia (43,5%), Uruguai (36,7%) e Chile (33,2%).

A pesquisa ainda aponta que a prática é mais comum durante a vida escolar em países subdesenvolvidos, porém em países desenvolvidos, o *bullying* possui números expressivos como Noruega (40,4%), Espanha (39,8%) e Alemanha (35,7%). (Ferreira, 2019).

De acordo com a pesquisa da ONU, a maioria dos casos de *bullying* foram motivados por aparência física das vítimas, gênero, orientação sexual, etnia ou país de origem. (ONU, 2017)

Segundo dados obtidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, cerca de 38% das escolas brasileiras disseram enfrentar problemas com *bullying* e mais de 28 mil escolas noticiaram ter registrado casos de *bullying* como ameaças ou ofensas verbais (ABRACE, 2024).

No que diz respeito ao Maranhão, o IBGE divulgou em 2021 dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) que apontam que 20,1% dos estudantes maranhenses, entre 13 e 17 anos, sofreram *bullying* (PeNSE, 2019). Com relação às regiões do país, a Centro-Oeste com 25,5% apresentou o maior percentual de estudantes que afirmaram ser vítimas, enquanto a Norte (18,8%) obteve o menor percentual. Quando questionados sobre os motivos das agressões, os três maiores percentuais, considerando todo o país, foram pela aparência do corpo (16,5%), aparência do rosto (11,6%) e cor ou raça (4,6%). No Maranhão, os índices das principais motivações foram pela aparência do corpo (16%), aparência do rosto (10,6%) e cor ou raça (9,2%) (PeNSE, 2019).

Embora o Maranhão não apresente os maiores índices de casos de violência entre escolares do país, os dados são evidentes ao constatarem que o problema existe, as causas são diversas e as consequências são catastróficas. O *bullying* não é necessariamente uma prerrogativa para todos os casos de violência ou tragédias em escolas, porém deve receber atenção e ser investigado adequadamente para evitar efeitos negativos futuros, visto que a gravidade das sequelas não se limita aos atos mais graves, mas as agressões que muitas vezes não são percebidas, geram tanto mal quanto as mais identificáveis.

3.1. Histórico do fenômeno e Programas de combate ao bullying

Ainda que o *bullying* esteja presente na sociedade há muitas gerações, somente a partir da década de 1970, na Suécia, que o incômodo e o interesse pelos problemas desencadeados por essas agressões surgiram (Fante, 2005). Já na Noruega, em 1982, o suicídio de três crianças, com idades entre 10 e 14 anos, tendo como fator motivador provável as agressões submetidas pelos seus companheiros de escola levou o Ministério da Educação do país a realizar uma campanha contra os problemas envolvendo agressores e vítimas (Fante, 2005; Silva, 2010).

[...] três crianças, com idades entre 10 e 14 anos, haviam se suicidado no norte da Noruega. As investigações do caso apontaram como principal motivação da tragédia as situações de maus-tratos submetidos por seus colegas de escola (Silva, 2010, p. 111).

Dan Olweus, pesquisador da Universidade de Bergen, foi precursor ao realizar estudos que permitissem diferenciar o problema em questão de outras práticas relacionadas a incidentes, gozações ou brincadeiras da idade, avaliando, assim, sua natureza e ocorrência (Fante, 2005).

Esse estudo constatou que, a cada sete alunos, um estava envolvido em casos de bullying. Essa situação originou uma campanha nacional, com o apoio do governo norueguês, que reduziu em cerca de 50% os casos de *bullying* nas escolas; tal fato incentivou outros países, como o Reino Unido, Canadá e Portugal, a promoverem campanhas de intervenção (Fante, 2005, p. 45).

As pesquisas realizadas por Dan Olweus colaboraram para a proposta de um programa de intervenção que se caracterizou por desenvolver normas contra o *bullying* nas escolas, além de buscar o envolvimento dos professores e responsáveis, aumentar a conscientização para evitar informações falsas e promover a proteção e apoio das vítimas (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005). O programa centrou-se numa pesquisa realizada com mais de 80 mil estudantes e centenas de professores do país, e seus benefícios foram consideráveis: acarretou na diminuição dos casos de *bullying* e nos índices de violência; além da redução da evasão escolar e no aumento do desempenho acadêmico. Por consequência dos resultados significativos, o projeto se expandiu para outros países, como Suécia, Islândia e Estados Unidos, onde se transformou na principal referência em pesquisas sobre o bullying no mundo.

O Programa de Prevenção do Bullying criado por Dan Olweus é considerado como o mais bem documentado e mais efetivo na redução do bullying, na diminuição significativa de comportamentos anti-sociais e em melhorias importantes no clima social entre crianças e adolescentes, com a adoção de relacionamentos sociais positivos e maior participação nas atividades escolares. (Lopes Neto, 2005, p.170).

No Brasil, as contribuições da professora Marta Canfield (1997) e seus colaboradores em quatro escolas da rede pública de ensino do Rio Grande do Sul iniciaram as pesquisas sobre o tema no país. Posteriormente, os professores Israel Figueira e Carlos Neto (2000-2001) investigaram duas escolas do Rio de Janeiro. Em 2003, também no Rio de Janeiro, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA) realizou um estudo em onze escolas municipais, contando com a participação de 5875 alunos de 5ª a 8ª séries. Os resultados mostraram que 40,5% desses alunos admitiram estar envolvidos em *bullying*, um dado considerado alarmante, visto que, até então, o fenômeno não era algo tão discutido no país (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005).

Contudo, o programa de redução de condutas agressivas realizado pela ABRAPIA trouxe resultados animadores no que diz respeito ao comportamento dos estudantes, ao grau de aprendizado e à melhora do ambiente escolar. Os resultados do programa são apresentados por Lopes Neto (2005) na tabela a seguir:

Quadro 1: Resultados do programa realizado pela ABRAPIA

Percentual	
79,9%	Dos alunos admitem saber o que é bullying
6,6%	Redução de alunos alvos de bullying
12,3%	Alunos autores de bullying
60,2% para 39,3%	Queda na indicação da sala de aula como o local com maior incidência de atos de bullying.
46,1%	Redução do número de alunos que admitiram gostar ver o colega sofrer bullying.
75,9%	Crescimento na redução de casos de bullying entre os alunos alvos que buscaram ajuda e receberam intervenções.
472,7%	Aumento na compreensão de que a prática de bullying é um ato de maldade.
45,6% para 68%	Autores de bullying que admitiram ter recebido orientações quanto à inconveniência dos seus atos.

Fonte: Lopes Neto (2005).

A importância de pesquisas e programas *anti-bullying* consolida-se porque os benefícios não são aproveitados somente pelos protagonistas do fenômeno, mas abrangem também os demais alunos, que mesmo não se envolvendo diretamente, foram prejudicados, uma vez que o direito que tinham de conviver em uma escola

segura e saudável fora violado, ocasionando em prejuízos nas suas relações interpessoais e no seu desenvolvimento socioeducacional (Fante, 2005).

O *bullying* passou a ser considerado um problema de saúde pública e diversos outros programas de combate e prevenção foram instituídos ao redor do mundo com o objetivo de conscientizar e sensibilizar a comunidade escolar para dar suporte às vítimas. Em 1996, a Universidade de Sevilha, na Espanha, instituiu o Sevilha contra a Violência Escolar (SAVE) com o objetivo de desenvolver a educação de sentimentos, valores e a melhora das relações interpessoais, elaborando e distribuindo em todas as escolas públicas de Andaluzia um pacote didático intitulado “Convivência escolar: o que é e como abordá-la” (Fante, 2005).

Na Inglaterra, inúmeros projetos foram desenvolvidos, como exemplo o programa “The Role of Peer Support Against School Bullying” (De espectadores a solidários- a função de apoio por parte dos companheiros contra a intimidação na escola) que enfatiza a participação solidária dos estudantes na resolução de conflitos, oferecendo apoio psicopedagógico em que os alunos envolvidos são levados a desenvolver sentimentos como o respeito, a segurança pessoal e a autoestima. (Cowie, Olafsson, 2000).

Na Irlanda, em 1993, foi realizada a Primeira Conferência Nacional sobre o Bullying, onde foi criado o “Programa Educativo da Companhia de Teatro Sticks and Stones”, que tinha o objetivo de aumentar a conscientização sobre o problema através de peças teatrais que dramatizavam as condutas de bullying na sala de aula. Também foi instituído o Programa Estar a Salvo nas escolas primárias, secundárias e de ensino superior, visando prevenir as situações de violência por meio da conscientização de pais e professores, oferecendo, assim, cursos de capacitação para professores com um componente educacional para os pais (Fante, 2005).

Em Portugal, na cidade de Braga, destacou-se um projeto criado pelos próprios estudantes: a Liga dos Alunos Amigos (LAA), visando o combate aos conflitos entre escolares. A ação dos estudantes, além de afirmar a sua autonomia, auxilia no trabalho docente, pois, assim, a promoção de programas de prevenção não fica a cargo somente da escola ou de instituições superiores. Fante (2005) cita a atuação do programa e os seus objetivos:

[...] na formação de diretores de turma que recebem treinamento para ajudar e prevenir situações de agressão na criação de um grupo de mediadores de conflitos e de uma rede socioemocional com o envolvimento dos próprios alunos. Para fazerem parte do LAA, os alunos são escolhidos pelos próprios colegas, de acordo com alguns critérios: precisam ser bons amigos, saber

guardar segredos e escutar e respeitar as idéias dos outros. Esse grupo, constituído pela maioria feminina, recebe formação prática para melhorar competências de comunicação e de ajuda aos colegas (Fante, 2005, p.86).

Na Finlândia, o Ministério da Educação adotou o bullying como um problema prioritário no “Projeto Uma Confiança Sadia em Si Mesmo”, que visava fortalecer a autoestima e confiança dos estudantes. (Fante, 2005)

Já no Brasil, uma grande disseminadora da discussão sobre o *bullying* no ambiente escolar é a pedagoga e autora Cleo Fante, que instituiu o “Programa Educar para a Paz”, que concerne em estabelecer estratégias psicopedagógicas e socioeducacionais para conscientizar e prevenir o fenômeno *bullying* nas escolas através da promoção de valores como a empatia, o respeito, a valorização da autoestima e a solidariedade (Fante, 2005).

No Maranhão, destaca-se o trabalho de Maria José dos Santos, da Universidade Federal do Maranhão- Campus Bacabal, intitulado “Arena da paz: ressignificação dos sentidos atribuídos à violência no cotidiano escolar”, que tem o objetivo de ouvir professores da rede municipal de ensino. (Araújo, Gomes, 2014).

Entretanto, levando em consideração os avanços sobre a discussão do fenômeno *bullying* ao redor do mundo, o Brasil encontra-se em níveis grandes de atraso, e, no Maranhão, esse atraso é ainda mais visível. A realização de pesquisas leva ao debate de questões que até então eram desconhecidas, mas que compõem um problema maior. A escassez de estudos e programas de prevenção e combate ao *bullying* no Maranhão e, principalmente em São Luís, não significa que o problema é inexistente, vide os índices apresentados anteriormente, mas que a atenção só é fornecida quando uma tragédia maior acontece (Fante, 2005; Silva, 2015).

Contudo, autores como Fante (2005; 2008), Lopes Neto (2005), Guareschi (2008), Silva (2015) ressaltam que as agressões verbais e a violência velada são tão prejudiciais quanto a explícita, mas a primeira demanda um pouco mais de atenção na identificação, o que torna o problema mais difícil de ser solucionado.

3.2. O que diz a legislação

Apesar de por muito tempo não existir uma lei que tratasse sobre o *bullying*, as crianças e adolescentes estão amparados contra qualquer tipo de violência desde a

Constituição Federal de 1988, que cita que cabe à família, à sociedade e ao Estado salvaguardar o direito de uma vida digna a toda criança, jovem e adolescente.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988).

Ademais, toda pessoa é amparada pelos direitos humanos, que asseguram o poder de liberdade e da igualdade perante a lei:

[...] nascem essencialmente iguais e, portanto, com direitos iguais. Mas ao mesmo tempo em que nascem iguais todas as pessoas nascem livres. Essa liberdade nasce dentro delas, em sua inteligência e consciência [...] um ponto deve ficar claro, desde logo: a afirmação de igualdade de todos os seres humanos não quer dizer igualdade física nem intelectual ou psicológica. Cada pessoa humana tem sua individualidade, sua personalidade, seu modo de ver e de sentir as coisas. Assim, também, os grupos sociais têm sua cultura própria, que é resultado de condições naturais e sociais. (BRASIL, 2004, p.14).

Nesse sentido, cabe ressaltar as diferenças entre os conceitos de igualdade e equidade. A igualdade baseia-se no princípio da universalidade e estipula que todos são regidos pelas mesmas regras, tendo os mesmos direitos e deveres. A equidade reconhece que cada sujeito está incluso em contextos sociais, culturais e políticos diferentes, portanto têm necessidades distintas (TJDFT, 2022). Desse modo, a realidade vivenciada nas escolas difere de acordo com o local, poder econômico ou cultura que está inserida.

Em 13 de julho de 1990, houve a promulgação da Lei nº 8.069 que rege o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), responsável por normatizar os direitos dos jovens através da legitimação da educação, integridade e pleno entendimento da importância do seu desenvolvimento físico, psicológico e social.

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 1990).

O ECA garante em seu Art. 5, a inviolabilidade dos direitos da criança e adolescente, assegurando a proibição de qualquer forma de “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei

qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990).

Caso haja constatação de atos infracionais por menores de dezoito anos, o responsável por tratar desses casos é o Conselho Tutelar, como previsto no Art. 131 do ECA (BRASIL, 1990) “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definida nesta Lei”.

Se houver privação de liberdade da vítima por alguns instantes ou em determinado local, caracteriza-se como crime de cárcere privado conforme o Art. 148 do Código Penal (BRASIL, 1999, p.54): “Privar alguém de sua liberdade, mediante o sequestro ou cárcere privado: Pena- reclusão, de um a três anos”.

Em 2022, foram incluídos no Art. 70-A do ECA os incisos que tratam sobre a promoção de estudos e pesquisas relativos às consequências e à frequência das formas de violência contra a criança e adolescente para a sistematização de dados e avaliação periódica das medidas adotadas; sobre a realização de campanhas educativas para o público escolar e sociedade em geral e os canais de denúncia existentes; e a parceria entre órgãos governamentais ou entre entidades não governamentais, visando a implementação de programas contra a violência e tratamento cruel ou degradante como forma de educação, correção ou disciplina (BRASIL, 1990).

Além disso, o Art. 140, § 2º do CP considera que agredir fisicamente com tapas, empurrões, chutes, murros ou cuspes caracteriza-se crime de injúria real e compreende pena de detenção, no período de três meses a um ano e multa.

Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda: Pena- detenção de três meses a um ano, ou multa. (BRASIL, 1999, p. 53).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases) prevê, conforme os parágrafos, dos artigos 26 e 32, a inclusão de conteúdo relativo aos Direitos Humanos, a prevenção de violência contra a criança e adolescente, além da obrigatoriedade de conteúdos que abordem os direitos da criança.

Art. 26 Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

[...]§ 9o Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014).

[...] § 5o O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007)(BRASIL, 1996)

Porém, por muito tempo, as vítimas de *bullying* não tinham amparo específico quanto à violência que sofriam. Somente em 06 de novembro de 2015, foi sancionada a Lei nº 13.185 que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*), considerando intimidação sistemática em seu Art. 1. § 1º:

[...] todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (BRASIL, 2015).

A Lei cita ainda outras características, como: ataques físicos, insultos pessoais, comentários e apelidos pejorativos, ameaças por quaisquer meios, grafites depreciativos, expressões preconceituosas, isolamento consciente e premeditado e pilhérias (piadas pejorativas).

Além disso também abrange o *cyberbullying*, que consiste na utilização dos instrumentos da tecnologia para incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais, criando meios de constrangimento e humilhação.

Os objetivos definidos na Lei 13.185 consistem em agir na prevenção e combate das práticas de *bullying*; capacitar os docentes e equipes pedagógicas para agirem na prevenção e solução do problema; implementar campanhas de conscientização e informação; orientar os pais, familiares e responsáveis na identificação das vítimas e agressores; oferecer assistência psicológica, social e jurídica tanto às vítimas quanto aos agressores; integrar os meios de comunicação com as escolas e sociedade para auxiliar na identificação e conscientização do problema; promover a empatia, cidadania, o respeito e a tolerância mútua; evitar a punição dos agressores, optando por instrumentos que auxiliam na mudança do comportamento hostil de forma efetiva; e promover medidas de conscientização,

prevenção e combate a todos os tipos de violência cometidas por alunos, professores e outros profissionais da comunidade escolar (BRASIL, 2015).

Entretanto, a Lei tem caráter institucional, e não punitivo, portanto, não menciona a penalidade contra pessoas que praticam bullying.

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (bullying), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar (BRASIL, 2015).

Portanto, visa a conscientização e educação, ressaltando a importância de campanhas e medidas contra quaisquer tipos de preconceito e discriminação.

4. IDENTIFICANDO O *BULLYING*: OS PERSONAGENS, SUAS CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

O termo *bullying* é de origem inglesa, sendo adotado no Brasil pela falta de uma nomenclatura que abarcasse todo o seu significado, e serve para definir o desejo consciente de maltratar, humilhar e violentar outra pessoa (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005; Silva, 2015).

Bully, enquanto nome, é traduzido como “valentão”, “tirano”, e como verbo, “brutalizar”, “tiranizar”, “amedrontar”. Dessa forma, a definição de *bullying* é compreendida como um subconjunto de comportamentos agressivos, sendo caracterizado por sua natureza repetitiva e por desequilíbrio de poder (Fante, 2005, p. 28).

Para Constantini (2004), Fante (2005) e Silva (2015), o *bullying* não se caracteriza como conflitos normais entre estudantes, mas sim através de atos de intimidação constantes, ameaças, violência física e psicológica que são impostas repetidamente a indivíduos mais vulneráveis ou que não costumam se defender, o que, futuramente, pode levar a sequelas psicológicas, físicas e sociais.

Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais e materiais, são algumas das manifestações do fenômeno *bullying* (Fante, 2005, p. 29).

Mais importante que reconhecer que o *bullying* existe, é saber identificá-lo, pois pode se manifestar através de violência direta/explicita ou indireta/velada. (Beane, 2010; Fante, 2005; Rolim, 2010; Silva, 2009; Silva, 2015).

A direta trata de agressões físicas, como bater, espancar, empurrar, assediar, violentar, chutar e furtar ou destruir pertences; e verbais, como insultar, humilhar, apelidar de forma pejorativa e discriminar. (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005; Silva, 2015). A indireta pode provocar mais traumas irreversíveis, pois acontece através da disseminação de rumores desqualificantes, que têm como objetivo a discriminação e exclusão da vítima (Fante, 2005).

O *bullying* pode acontecer de forma direta ou indireta. Porém, dificilmente a vítima recebe apenas um tipo de agressão; normalmente, os comportamentos desrespeitosos dos bullies costumam vir em bando. Essas atitudes maldosas contribuem não somente para a exclusão social da vítima, como também para muitos casos de evasão escolar e pode se expressar das mais variadas formas (Silva, 2015, p. 14).

Além disso, os avanços tecnológicos possibilitaram o surgimento do *cyberbullying*, que se utiliza de aparelhos de comunicação e, principalmente, das redes sociais para difundir calúnias, difamações e insinuações com o objetivo de

causar dano a outros, o que torna imensurável os efeitos danosos, visto que os ataques do *cyberbullying* vão além dos muros da escola. (Lopes Neto, 2005; Silva, 2015).

Os praticantes de *cyberbullying* utilizam todos os recursos possíveis advindos da tecnologia e se escondem atrás de perfis falsos para espalharem boatos depreciativos, rumores e insultos sobre outros estudantes, seus familiares e até mesmo sobre professores e outros profissionais da escola (Silva, 2015). São ataques massivos que têm como objetivo colocar em dúvida a integridade das vítimas, incluindo ainda os comentários carregados de preconceitos de qualquer esfera (Silva, 2015).

Comentários racistas, preconceituosos e sexistas são feitos de forma totalmente desrespeitosa e, muitas vezes, vêm acompanhados de fotografias alteradas das vítimas em montagens constrangedoras e bizarras. Essas fotos ainda são divulgadas em sites diversos, transformadas em animações no YouTube, colocadas em grupos de discussão e até tornadas públicas fora do ambiente virtual por meio de materiais impressos distribuídos entre os alunos e afixados em banheiros e corredores dos estabelecimentos escolares (Silva, 2015, p. 94).

Por muito tempo o *bullying* foi visto como algo normal que se caracterizava como “brincadeira de criança”. Consequentemente, essa ideia foi propagada ao longo das gerações, o que acarretou na dificuldade de enxergar quando a situação passa dos limites, deixando de ser uma “brincadeira” e passando a ser uma violência.

Violência velada, o *bullying*-[...] manifestação que é inocentemente considerada como “brincadeiras da idade”, tem um poder destrutivo capaz de promover danos psicológicos incalculáveis e irreparáveis às suas vítimas, atingindo milhares de alunos-clientes e usuários de nossas redes de ensino, devendo ser considerado tema de grande relevância na atualidade e de máxima preocupação por parte das autoridades competentes (Fante, 2005, p.10).

Nesse sentido, cabe diferenciar o fenômeno bullying dos conceitos de conflito e violência, pois, segundo Souza (2008), a violência escolar caracteriza-se como delinquência, indisciplina e problemas de relação entre professor e aluno ou entre alunos. Em contrapartida, o conflito geralmente “[...] é uma parte normal da vida e, em especial, uma parte normal da vida escolar” (Vinyamata, 2005, p. 99). Por outro lado, existe o conflito que traz consequências indesejadas:

[...] travestidas de crueldade, prepotência e insensatez, ultrapassando em muito os limites suportáveis, que variam de acordo com o grau de tolerância de cada indivíduo, e se convertendo em atos de violência.” (Fante; Pedra 2008, p. 9).

Portanto, o *bullying* é um conceito bem definido que não permite ser confundido com outras formas de violência, visto que apresenta características próprias nas quais a mais grave é causar traumas ao psiquismo de suas vítimas (Fante, 2005), acarretando em baixa autoestima, transtorno de ansiedade generalizada, depressão, transtorno de pânico, fobia escolar, fobia social, anorexia, bulimia, transtorno do estresse pós-traumático, além de problemas nas relações interpessoais ao longo da vida e sintomas psicossomáticos, como insônia, dificuldades de concentração, tremores, cefaleia, cansaço crônico, entre outros (Silva, 2015).

Nesse contexto, Guareschi (2008) afirma que o bullying é:

Um fenômeno devastador, podendo vir a afetar a autoestima e a saúde mental dos adolescentes, assim como desencadear problemas como anorexia, bulimia, depressão, ansiedade e até mesmo suicídio. Muitas crianças vítimas do bullying desenvolvem medo, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos e geralmente evitam voltar a escola quando esta nada faz em defesa da vítima.
(Guareschi, 2008, p.17).

Por ser um fenômeno complexo que afeta a vida de tantas pessoas, é necessário compreender que existem várias razões que levam alguém a cometer *bullying*, não sendo, assim, um problema solucionável se não tiver a devida atenção. O primeiro passo é identificar se aquela violência se trata de *bullying* ou de conflitos normais e reconhecer os personagens (vítima, agressor, espectador), entendendo que, geralmente, o agressor age dessa forma porque já presenciou contextos violentos, visto que o modo que o sujeito é educado influencia nas suas relações e ações (Fante, 2005). Por isso, é fundamental diagnosticar os casos para minimizar as consequências futuras dessas agressões.

4.1. Os personagens

Os personagens do fenômeno podem ser identificados como vítimas, agressores e espectadores, cada um contendo subdivisões. Fante (2005) e Silva (2015) dividem as vítimas como: vítima típica; vítima provocadora; e vítima agressora.

A vítima típica é caracterizada como um indivíduo, ou grupo de indivíduos, que sofre repetidamente os ataques agressivos de outros sem ter habilidade para reagir. Geralmente tem baixa autoestima, é pouco sociável, mais frágil fisicamente ou apresenta alguma característica que chama a atenção de outros estudantes por fugir de qualquer padrão estabelecido por eles.

Suas características mais comuns são: aspecto físico mais frágil que o de seus companheiros; medo de que lhe causem danos ou de ser fisicamente ineficaz nos esportes e nas brigas, sobretudo, no caso dos meninos; coordenação motora deficiente, especialmente entre os meninos; extrema sensibilidade, timidez, passividade, submissão, insegurança, baixa auto-estima, alguma dificuldade de aprendizado, ansiedade e aspectos depressivos (Fante, 2005, p. 72).

Apresenta ainda dificuldade de se impor e, habitualmente, tem uma conduta não-agressiva, por isso se torna um alvo fácil, visto que, para o agressor, não irá revidar ao ser atacada. Também costuma adotar a lei do silêncio, aguentando as provocações calada por medo dos agressores ou por vergonha de contar a alguém.

Geralmente, os envolvidos pelo bullying não violam a lei do silêncio. Em primeiro lugar, constatamos que a própria vítima teme denunciar seus agressores, seja por conformismo, seja por vergonha de se expor perante os colegas, temendo virar motivo de gozações ainda maiores (FANTE, 2005, p. 69).

[...] extrema sensibilidade, timidez, passividade, submissão, insegurança, baixa autoestima, alguma deficiência de aprendizado, ansiedade e aspectos depressivos. [...] sente dificuldades de impor-se ao grupo, tanto física como verbalmente, e tem uma conduta habitual não-agressiva, motivo pelo qual parece denunciar ao agressor que não irá revidar se atacada e que é “presa fácil” para os seus abusos. (Fante, 2008, p. 72)

Para Lopes Neto (2005), a vítima geralmente apresenta insegurança, é pouco sociável e acredita não fazer parte daquele grupo em decorrência da baixa autoestima.

Sua baixa auto-estima é agravada por críticas dos adultos sobre a sua vida ou comportamento, dificultando a possibilidade de ajuda. Tem poucos amigos, é passivo, retraído, infeliz e sofre com a vergonha, medo, depressão e ansiedade. Sua auto-estima pode estar tão comprometida que acredita ser merecedor dos maus-tratos sofridos. (Lopes Neto, 2005, p. 167).

Porém, quando decide falar sobre as agressões aos professores, na grande maioria das vezes, ela não recebe atenção, pois os profissionais não conseguem detectar a gravidade das situações, uma vez que essas condutas ocorrem dentro da sala de aula e de forma verbal, e, por isso, julgam como algo comum e típico da idade (Fante, 2005).

Soma-se a isso a relação com a família, pois, devido à vergonha das ações humilhantes sofridas, a vítima não relata as agressões.

Estudiosos do fenômeno concordam que o problema maior dos pais e dos professores se deve à dificuldade de identificar a ocorrência dessas pressões, já que a maioria das crianças reluta em falar abertamente sobre o assunto. O motivo principal, como já expusemos, é o sentimento de vergonha que a vítima experimenta por ter que admitir que está apanhando ou sofrendo gozações na escola, ou ainda por temer represálias do agressor (Fante, 2005, p. 74).

As agressões, principalmente quando os personagens atingem uma faixa etária em que a compreensão das situações alcança um nível maior de percepção, assumem o caráter de humilhação. Cada ato depreciativo humilha a vítima e a coloca em uma posição inferior aos demais, afetando a sua autoestima, a confiança em si mesma, nas outras pessoas, e conseqüentemente, suas relações interpessoais (Fante, 2005; Silva, 2015).

Dan Olweus cita alguns indícios que podem ser percebidos pelos professores no ambiente escolar relativos ao comportamento das vítimas de *bullying*.

Durante o recreio está frequentemente isolado e separado do grupo, ou procura ficar próximo do professor ou de algum adulto?
 Na sala de aula tem dificuldade em falar diante dos demais, mostrando-se inseguro ou ansioso?
 Nos jogos em equipe é o último a ser escolhido?
 Apresenta-se comumente com aspecto contrariado, triste, deprimido ou aflito?
 Apresenta desleixo gradual nas tarefas escolares?
 Apresenta ocasionalmente contusões, feridas, cortes, arranhões ou a roupa rasgada, de forma não natural?
 Falta às aulas com certa frequência (absentismo)?
 Perde constantemente os seus pertences?
 (Fante, 2005, p. 75).

O trabalho docente atende a demandas internas e externas e o professor assume responsabilidades que vão além da sua condição, todavia, a sala de aula é o seu ambiente de trabalho e os alunos o enxergam como autoridade da classe. Depreende-se que essa autoridade tem o objetivo de zelar pelo processo de ensino-aprendizagem, mas também pelo bem estar de quem compõe esse processo. Nesse sentido, o professor assume também o papel de “justiceiro”, já que os conflitos serão confidenciados a ele, além de que, o que não for falado pela vítima ou por outro, deve ser notado. As perguntas feitas por Olweus e citadas por Fante (2005) devem fazer parte do cotidiano escolar, trazendo um olhar mais atencioso a fim de perceber situações desconfortáveis e não se limitar a presumir conclusões por este ser o caminho mais fácil.

A vítima provocadora, por outro lado, atrai reações agressivas de seus colegas contra si, mas não consegue lidar com elas de forma eficiente. Em geral, ela discute ou briga quando é atacada (Fante, 2005; Silva, 2015). Nesse grupo, encontram-se os hiperativos e impulsivos que criam, mesmo sem intenção, um ambiente favorável a intrigas e acabam tirando a atenção dos verdadeiros agressores (Silva, 2015).

A vítima provocadora possui um “gênio ruim”, tenta brigar ou responder quando é atacada ou insultada, mas geralmente de maneira ineficaz; pode

ser hiperativa, inquieta, dispersiva e ofensora; é, de modo geral, tola, imatura, de costumes irritantes, e quase sempre é responsável por causar tensões no ambiente em que se encontra (Fante, 2005, p. 72)

Contudo, vale ressaltar que a vítima provocadora continua sendo uma vítima. Mesmo diferindo-se da vítima típica na capacidade de revide às agressões, a provocadora não obtém sucesso quanto ao cerceamento do *bullying*.

A reprodução dos maus tratos sofridos é a característica principal da vítima agressora. Ao passar por situações de sofrimento na escola, a vítima busca indivíduos mais frágeis e vulneráveis para praticar comportamentos agressivos, aumentando, assim, as proporções do *bullying*, tornando-o um círculo vicioso e dificultando o seu controle. (Fante, 2005; Silva, 2015). Por exemplo, um aluno que sofreu *bullying* passa a agredir alunos mais novos, tímidos, com algum tipo de deficiência ou que demonstrem alguma vulnerabilidade, se tornando assim um agressor, mesmo que isso não apague o seu passado como vítima.

O agressor pode ser de ambos os sexos e costuma ser um indivíduo que demonstra pouca empatia, um senso de liderança elevado que se legitima a partir da força física ou assédio psicológico (Silva, 2015).

Ele sente uma necessidade imperiosa de dominar e subjugar os outros, de se impor mediante o poder e a ameaça e de conseguir aquilo a que se propõe. Pode vangloriar-se de sua superioridade real ou imaginária sobre outros alunos. [...] Custa adaptar-se às normas [...] (Fante, 2005, p. 73).

Além disso, o desempenho escolar desses indivíduos costuma ser regular; todavia, isso não configura deficiência intelectual ou de aprendizagem, pois, nos primeiros estágios, apresentam rendimentos normais ou acima da média (Silva, 2015).

Lopes Neto (2005) afirma que jovens com um ambiente familiar desestruturado, pouco relacionamento afetivo, excesso de permissividade e violência física como forma de afirmação de poder dos pais apresentam maior facilidade em se tornarem autores de *bullying*.

São menos satisfeitos com a escola e a família, mais propensos ao absenteísmo e à evasão escolar e têm uma tendência maior para apresentarem comportamentos de risco (consumir tabaco, álcool ou outras drogas, portar armas, brigar, etc.) (Lopes Neto, 2005, p. 167).

Fante (2005) enfatiza o poder da ação individual do agressor em transformar o ambiente escolar, pois suas ações tendem a despertar admiradores que o apoiarão ou repetirão os mesmos atos com a mesma vítima ou com outra.

Muitas vezes, um aluno adere ao grupo de agressores ou se converte em agressor por pressão ou como estratégia de defesa, para não se transformar

em uma nova vítima, para não ser banido do grupo, ou, ainda, para garantir uma certa popularidade, efeito *baddy boy* (Fante, 2005, p. 61).

Muitas são as causas que levam alguém a ser um agressor, dentre elas, a carência afetiva, ausência de limites e a convivência em um lar que adota práticas violentas. Porém, na escola, alguns sinais podem ser percebidos para saber se o aluno é um agressor:

Faz brincadeiras ou gozações, além de rir de modo desdenhoso e hostil?
Coloca apelidos ou chama pelo nome ou sobrenome dos colegas, de forma malsoante; insulta, menospreza, ridiculariza, difama?
Faz ameaças, dá ordens, domina e subjuga? Incomoda, intimida, empurra, picha, bate, dá socos, pontapés, beliscões, puxa os cabelos, envolve-se em discussões e desentendimentos?
Pega dos outros colegas materiais escolares, dinheiro, lanches e outros pertences, sem o seu consentimento? (Fante, 2005, p. 75).

Já o espectador é o aluno que presencia o *bullying*, porém não o sofre e nem o pratica. (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005). Geralmente por medo de atrair a atenção do agressor e se tornar o próximo alvo, permanece neutro e não interfere nas agressões. Entretanto vale destacar que a omissão também se configura em uma ação imoral, visto que perpetua a impunidade das agressões (Silva, 2015).

Representa a grande maioria dos alunos que convive com o problema e adota a lei do silêncio por temer se transformar em novo alvo para o agressor. Mesmo não sofrendo as agressões diretamente, muitos deles podem se sentir inseguros e incomodados (Fante, 2005, p. 74).

Silva (2015) divide os espectadores em três grupos: os espectadores passivos, ativos e neutros. Os passivos discordam das atitudes agressivas, porém não repreendem por medo. “Ao presenciarem cenas de violência, estão mais propensos a sofrer consequências psíquicas” (Silva, 2015, p.30). Nos espectadores ativos estão inclusos aqueles que não participam ativamente das agressões, mas dão apoio moral aos agressores, incentivando-os e rindo das vítimas. Já os neutros, aparentam não demonstrar sensibilidade perante os casos de *bullying*. Apresentam uma apatia emocional ocasionadas geralmente pela convivência em lares desestruturados. Eles não apoiam as agressões, tampouco se esforçam para ajudar as vítimas (Silva, 2015).

O impacto do *bullying* transcende as vítimas e agressores, visto que transforma um ambiente que deveria ser acolhedor em um local de insegurança e medo. A normalização da violência gera um sentimento de impotência entre os estudantes, o que leva às vítimas a não denunciarem quando são violadas e aos espectadores a não interferirem quando observam situações desagradáveis, visto que a escola já não

proporciona segurança e o receio de se tornar um alvo se sobressai ao seu senso de justiça.

A negação ou indiferença da direção e professores pode gerar desestímulo e a sensação de que não há preocupação pela segurança dos alunos. A relação familiar também pode ser seriamente comprometida. A criança ou adolescente pode sentir-se traído, caso entenda que seus pais não estejam acreditando em seus relatos ou quando suas ações não se mostram efetivas (Lopes Neto, 2005, p. 168).

Dessa forma, o problema se perpetua, virando um ciclo cada vez maior e mais difícil de ser combatido.

4.2. Causas e consequências do fenômeno

Fante (2005) admite que são duas as causas que propiciam o *bullying* no contexto escolar. A primeira trata sobre a necessidade do agressor de reproduzir os maus-tratos sofridos por ele, em casa ou na escola (vítima agressora), como forma de desempenhar um papel autoritário, receber atenção ou ainda por essa ser a única forma que lhe foi ensinada para lidar com as suas inseguranças. A busca constante de autoafirmação, autoaceitação e reconhecimento leva à Síndrome de Maus-Tratos Repetitivos (SMAR), que denomina o ciclo de reprodução constante de comportamentos agressivos, atingindo cada vez mais alunos. (Fante, 2005).

Tendo sua origem no modelo educativo predominante, a SMAR é concretizada na primeira infância a partir da exposição a estímulos agressivos, que, inconscientemente, são implementados no repertório comportamental da criança que, posteriormente, comandará as suas ações e reações. Por conseguinte, “estará predisposta a reproduzir a agressividade sofrida ou a reprimi-la, comprometendo, assim, o seu processo de socialização” (Fante, 2005).

Nesse sentido, considerando que as crianças estão em processo de desenvolvimento cognitivo, soma-se à gravidade do problema o fato de que os indivíduos ainda não conseguem compreender as consequências dos seus atos nem as habilidades de lidar com eles, demandando, assim, uma conscientização preliminar de toda a comunidade educacional (Fante, 2005).

A segunda causa diz respeito à ausência de modelos educativos humanistas responsáveis por orientar o comportamento da criança para o convívio social de forma pacífica, além de propiciar a criação do seu senso de moral, ética, empatia e

responsabilidade (Fante, 2005). A ausência desse modelo acarreta no desenvolvimento da intolerância e recusa na aceitação das diferenças, perpetuando preconceitos envolvendo raça, religião, peso, estrutura física, aparência física, deficiências visuais, auditivas e vocais. A intolerância consiste tanto em diferenças de ordem física, psicológica, social ou sexual, quanto em características como força, socialização, coragem e habilidades intelectuais ou desportivas (Fante, 2005).

A constatação dessas diferenças faz surgir conflitos interpessoais de convivência, e os métodos utilizados para solucioná-los são aqueles aprendidos nas vivências experienciadas no modelo educativo a que o educando foi submetido, que é expresso pela imposição de autoridade e pelo emprego de vários tipos de atitudes e linguagem violenta para fazê-lo obedecer (Fante, 2005, p. 63).

Silva (2015) infere que as causas das condutas agressivas se concretizam pela falta de valores e referências que guiem os comportamentos individuais, visto que essas referências se tornam ultrapassadas à medida que as transformações sociais acontecem.

A evolução da escola vai de encontro ao conceito de infância, pois, durante muito tempo, havia indiferença quanto à distinção entre idades. Dessa forma, crianças, jovens e adultos eram agrupados indeterminadamente. A partir do final do século XVIII e início do XIX que os educadores compreenderam que a infância é particular e tem necessidades especiais quanto à educação social, moral, cultural e ética.

A idade de infância não existiu sempre e, nem da mesma maneira. Ao contrário, ela aparece com uma sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudaram a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo direto (de adulto) assim que ultrapassava o período de alta mortalidade, na sociedade burguesa ela passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma situação futura. Este conceito de infância é, pois, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade. (Kramer; Leite, 1995, p. 19)

O período da Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, deu início a embates ideológicos e políticos que moldaram o capitalismo, ocasionando na criação de novos modelos culturais e influenciando o modelo de família e educação (Silva, 2015). Nesse contexto, “a escola moderna é, essencialmente, um lugar de passagem, uma ponte que leva da barbárie à civilização, da ignorância ao saber, da inferioridade à igualdade” (Larrosa, 2017, p. 183).

Já nas décadas de 1960 e 1970, os conceitos de liberdade e igualdade eram defendidos pela juventude, que se tornou “protagonista nas relações sociais, na

política e no mundo profissional, além dos conflitos de classes sociais serem em parte flexibilizados” (Silva, 2015, p. 40).

Na década de 1980, o ideal de bem-estar econômico trouxe o consumismo e o individualismo de volta, ligando o jovem da época à concepção de que a sua identidade consistia no poder aquisitivo que ele dispunha (Silva, 2015).

Nesse sentido, infere-se que a falta de referências educacionais origina-se da crise dos sistemas sociais, culturais, econômicos e familiares, que, em decorrência dos contextos históricos, modificou os valores, as ideias e trouxe novos modelos de educação.

Diante desse cenário, os modelos do passado entraram em desuso e, em alguns segmentos, chegaram à decadência e à extinção. Tudo isso gerou um verdadeiro vácuo de valores, o que não se mostrou benéfico para a sociedade como um todo – em especial para as novas gerações. É claro que todas essas transformações, produzidas ao longo do tempo, criaram novos parâmetros e valores e, conseqüentemente, novas referências educacionais (Silva, 2015, p. 41).

Com isso, conclui-se que seria errôneo transmitir aos jovens de hoje os mesmos valores de contextos passados, uma vez que a sociedade está em constante mudança. Por isso, o conceito de *bullying* permaneceu escondido atrás de um muro chamado “brincadeira” e tantas crianças foram afetadas, tornando-se adultos problemáticos, deprimidos, ansiosos ou nem chegaram a se tornar adultos (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005; Silva, 2015).

Além disso, outro fator prejudicial à construção da moralidade no jovem é a permissividade dos pais na educação dos filhos. Os dois extremos geram impactos negativos: a falta de afeto e um lar disfuncional; e a constante recusa em compreender que a criação de um ser humano não implica em fazer todas as suas vontades ou ignorar qualquer crítica de outrem à forma como ele interage socialmente (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005). Colocar em primeira instância as necessidades do indivíduo surgiu para contrapor os modelos autoritários e rígidos que regulavam as relações educacionais entre pais e filhos, todavia, o exagero da permissividade não é sinônimo de uma educação afetuosa e eficaz, mas sim de um descaso quanto às necessidades inerentes ao jovem no contexto social.

Embora não haja estudos precisos sobre métodos educativos familiares que incitem ao desenvolvimento de alvos de *bullying*, alguns deles são identificados como facilitadores: proteção excessiva, gerando dificuldades para enfrentar os desafios e para se defender; tratamento infantilizado, causando desenvolvimento psíquico e emocional aquém do aceito pelo grupo; e o papel de bode expiatório da família, sofrendo críticas sistemáticas

e sendo responsabilizado pelas frustrações dos pais. (Lopes Neto, 2005, p. 167).

Há os que são permissivos em excesso por se sentirem culpados devido à sua ausência na rotina dos filhos por motivos profissionais. Com isso, cria-se um ambiente familiar aparentemente harmônico, onde a função dos pais é exercer o papel de apoio material e financeiro, não observando as suas próprias condutas e desqualificando o valor dos limites na educação dos filhos (Silva, 2015).

O resultado dessa matemática (mais emocional do que racional) é que, desde muito cedo, as crianças se habituem a fazer tudo o que querem e impõem-se de forma autoritária e tirana perante pais sobrecarregados e exaustos. Em função do sentimento de culpa que carregam por não acompanhar a vida dos filhos como deveriam, os pais cedem praticamente a todas as vontades deles e toleram quase tudo – inclusive posturas intoleráveis (Silva, 2015, p.43).

As consequências resultam em filhos egocêntricos, sem noção de limites e despreparados para conviverem socialmente, pois os demais ambientes não irão se adaptar às vontades da criança. Dessa forma, a falta de preocupação com as regras sociais se concretiza na escola, acarretando em atos agressivos e intolerantes como forma de afirmação do seu poder (Silva, 2015).

Esses jovens habituem-se, desde muito cedo, a ser o centro das atenções em sua casa, onde as regras foram inexistentes, ignoradas ou flexibilizadas em excesso. De forma quase natural, eles se comportam em sociedade de acordo com esse modelo doméstico. Muitos deles não se preocupam com as regras sociais, não refletem sobre a necessidade delas no convívio coletivo e nem sequer se preocupam com as consequências que seus atos transgressores podem ocasionar aos outros, que pagam injustamente por eles (Silva, 2015, p. 44).

Lopes Neto (2005) afirma que o comportamento violento ocorre a partir da interação entre o desenvolvimento individual e os contextos sociais, como a família, a escola e a comunidade no geral.

Infelizmente, o modelo do mundo exterior é reproduzido nas escolas, fazendo com que essas instituições deixem de ser ambientes seguros, modulados pela disciplina, amizade e cooperação, e se transformem em espaços onde há violência, sofrimento e medo. (Lopes Neto, 2005, p. 165).

Melo (2010) faz afirmações acerca das consequências do bullying para todos os envolvidos, não somente para quem sofre a violência.

Algumas experiências são menos traumatizantes, outras deixam estigmas para o resto da vida, sobretudo nas vítimas. Nos agressores as consequências podem vitimizá-las no futuro, de acordo com o rumo que sua vida tomar. Alguns agressores adotam a violência como estilo de vida, chegando à marginalização. Muitos espectadores não superam os temores de envolvimento, a angústia de não poder ajudar e se tornam pessoas inseguras e de baixa autoestima. (Melo, 2010, p. 42).

Lopes Neto (2005) e Prudente (2015) inferem que pessoas que sofreram *bullying* quando crianças são mais suscetíveis a desenvolverem depressão e baixa autoestima quando se tornam adultas. Além disso, quanto mais jovem for a criança que apresenta agressividade, maior será o risco de desenvolver comportamentos antissociais, instabilidade no trabalho e problemas em relacionamentos afetivos ao se tornarem adultas.

O tempo e a regularidade das agressões contribuem fortemente para o agravamento dos efeitos. O medo, a tensão e a preocupação com sua imagem podem comprometer o desenvolvimento acadêmico, além de aumentar a ansiedade, insegurança e o conceito negativo de si mesmo. Pode evitar a escola e o convívio social, prevenindo-se contra novas agressões. Mais raramente, pode apresentar atitudes de autodestruição ou intenções suicidas ou se sentir compelido a adotar medidas drásticas, como atos de vingança, reações violentas, portar armas ou cometer suicídio. (Lopes Neto, 2005, p. 167).

Nesse contexto, Fante (2005) informa que a superação dos traumas resultantes das agressões poderá ocorrer dependendo das “características individuais de cada vítima, bem como da sua habilidade de se relacionar consigo mesmo, com o meio social e, sobretudo, com a sua família” (Fante, 2005, p. 79). Caso não haja a superação do trauma, o seu desenvolvimento psíquico estará comprometido, visto que o trauma orientará o seu comportamento e a construção dos seus pensamentos sobre si mesma e sobre os outros (Fante, 2005).

Isso afetará o seu comportamento e a construção dos seus pensamentos e da sua inteligência, gerando sentimentos negativos e pensamentos de vingança, baixa auto-estima, dificuldades de aprendizagem, queda do rendimento escolar, podendo desenvolver transtornos mentais e psicopatologias graves, além de sintomatologia e doenças de fundo psicossomático, transformando-a em um adulto com dificuldades de relacionamentos e com outros graves problemas. Poderá também desenvolver comportamentos agressivos ou depressivos e, ainda, sofrer ou praticar *bullying* no seu local de trabalho, em fases posteriores da vida. (Fante, 2005, p. 79).

Além das deficiências no âmbito social e educacional na infância ou vida adulta, a vítima também pode desenvolver psicopatologias que apresentam sintomas como taquicardia, insônia, cefaleia, ansiedade, depressão, estresse e pensamentos de vingança ou, em situações extremas, o suicídio. Além disso, também podem apresentar agressividade, impulsividade, hiperatividade, abuso de substâncias químicas e episódios de psicose (Fante, 2005; Silva, 2015).

Os agressores, por outro lado, não estão imunes às consequências mesmo que sejam decorrentes do seu comportamento autoritário, estando propensos a

desenvolverem condutas delinquentes, uso de álcool ou drogas, crença de que devem levar vantagem em tudo e sentimento de impunidade quanto às suas ações (Fante, 2005).

[...] o distanciamento e a falta de adaptação aos objetivos escolares, a supervalorização da violência como forma de obtenção de poder, o desenvolvimento de habilidades para futuras condutas delituosas – caminho que pode conduzi-lo ao mundo do crime -, além da projeção dessas condutas violentas na vida adulta, tornando-se pessoa de difícil convivência nas mais diversas áreas da vida: pessoal, profissional e social. (Fante, 2005, p. 80).

Fante (2005) conclui que o *bullying* gera sequelas em todos os participantes, inclusive nos espectadores, pois mesmo não se envolvendo diretamente, as suas relações interpessoais foram prejudicadas, dando lugar ao sentimento de insegurança.

5. O PAPEL DO DOCENTE NA IDENTIFICAÇÃO E ENFRENTAMENTO DO BULLYING

Os casos de bullying acontecem, na maioria das vezes, dentro da sala de aula, na qual o professor é a autoridade presente, que conhece os alunos e compartilha a rotina escolar (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005). Por isso, ao precisar de auxílio, o docente é a primeira pessoa para quem a criança ou adolescente recorre. Entretanto, quando se trata de *bullying*, muitos professores não atribuem a devida importância ao problema, achando se tratar de relações normais e “brincadeiras da idade” (Fante, 2005).

Fante (2005), em suas pesquisas, cita também a negação de gestores para falarem sobre a ocorrência desses casos em suas escolas. Muitos afirmam que o problema é inexistente em suas instituições e que os conflitos são normais, não alcançando aspectos de violência. Além disso, o desconhecimento dos educadores sobre a gravidade do problema é notório para a autora.

Algo que chamou nossa atenção foi o fato de muitos diretores negarem o fenômeno da violência existente em suas escolas, principalmente os que administram escolas particulares. Quando questionados, diziam: “Na minha escola não há violência, apenas alguns casos pontuais, mas atuamos imediatamente tomando as devidas providências junto aos agressores”. [...] Ouvimos ainda, de alguns educadores, que esse tipo de relação baseada na submissão sempre existiu, sendo “normal” encontrar nas escolas os grupos que dominam e os que se deixam dominar, e que isso faz parte da vida, devendo os alunos aprender sozinhos a conviver e a lidar com essas situações impostas por seus agressores, pois, afinal, experiências assim os tornarão fortes para enfrentarem os desafios futuros. (Fante, 2005, p. 51)

Os apontamentos apresentados pela autora mostram o despreparo de alguns profissionais da educação quando se trata de *bullying*, pois acreditam que o educando deve passar por situações degradantes para se tornar mais forte. O desconhecimento das consequências dessas ações e das causas que abrangem contextos que vão além da escola limitam a ação do profissional e excluem a possibilidade de prevenção do problema.

Para combater o *bullying*, é necessário primeiro saber identificá-lo, reconhecer os autores, as vítimas e a gravidade das ações. Além disso, se um aluno relata algum incômodo ou situação desconfortável, ele não deve ser negligenciado, pois lidar com os infortúnios presentes no ambiente escolar e, principalmente, na sala de aula fazem parte do trabalho docente.

Segundo Imbernón (2009, p. 41), somente um profissional disposto a refletir sobre a sua prática é capaz de “estabelecer estratégias de pensamento, percepção,

estímulos e centrar-se na tomada de decisões para processar, sistematizar e comunicar informações”.

Para Azzi (2012), o trabalho docente se caracteriza pela ação direta do professor e dos seus alunos no processo de ensino-aprendizagem.

O professor apresenta e necessita de uma autonomia didática que se expressa no cotidiano do seu trabalho, pois só assim é capaz de enfrentar os desafios do processo de ensino-aprendizagem e da educação. (Azzi, 2012, p.40)

Essa autonomia é construída a partir da história de vida do professor, da sua formação, dos seus estudos, pesquisas, pela atuação no cotidiano e pelos conflitos encontrados na sua prática. O professor está sempre diante de situações complexas para as quais deve encontrar respostas e essas respostas dependem da sua visão de mundo e da realidade, podendo facilitar ou dificultar o seu trabalho.

O trabalho desenvolvido pelo professor na sala de aula expressa a síntese de um saber pedagógico possuído pelo professor. Saber(es) que adquirido(s), em parte, nos cursos de formação profissional se “acumulam e consolidam na prática [...] em torno do ensino que forma a base real de funcionamento das escolas e que abre o espaço possível para o apoio à transformação da experiência escolar”. (Rockwell, 1986, p.32)

O saber pedagógico é construído pelo professor no seu cotidiano devido à interação com os seus alunos, sendo realizado a partir de situações desafiadoras que possibilitem que o professor não seja meramente um executor de conhecimentos, mas um sujeito que pense sobre o processo de ensino e que utilize a sua criatividade e empatia para lidar com situações oriundas desse processo. Conhecer os alunos para perceber quando algo os incomoda ou atrapalha e agir a partir disso é se tornar um leitor e transformador da realidade em que vive.

Fante (2005) ressalta a necessidade de capacitação e formação dos professores para conseguirem lidar com situações de violência envolvendo alunos no ambiente escolar:

[...] Talvez esse dado relevante por nós identificado seja um sinal de que os nossos professores ainda não sabem distinguir entre condutas violentas e brincadeiras próprias da idade, bem como lhes falta preparo para identificar, diagnosticar e desenvolver estratégias pedagógicas para enfrentar os problemas *bullying*. (Fante, 2005, p. 67)

É necessária capacitação dos docentes uma vez que as consequências desse fenômeno também os afetam, pois incluem o baixo rendimento dos alunos, além de os atingir de forma velada através do clima estressante na sala e pelo professor ser um ser emocional que percebe as atitudes de interesse dos alunos (Fante, 2005).

Esse despreparo dos professores ocorre porque, tradicionalmente, nos cursos de formação acadêmica e nos cursos de capacitação, são treinados com técnicas que unicamente os habilitam para o ensino de suas disciplinas, não sendo valorizada a necessidade de lidarem com o afeto e muito menos com os conflitos e com os sentimentos dos alunos. (Fante, 2005, p. 68)

O trabalho docente não é algo fácil. As demandas são muitas e as condições de trabalho não são tão favoráveis a todos, entretanto, vale lembrar que o trabalho do professor envolve a vida de muitas outras pessoas: seus alunos, suas famílias e a escola. Lidar com situações de violência não deveria ser algo presente na rotina de um professor, mas o *bullying* existe há muito tempo e a gravidade dos casos tomou repercussão considerável ao longo dos anos: violência física, mortes, problemas psicológicos, entre outros são sequelas irremediáveis de algo que acontece todos os dias nas escolas e, mesmo assim, os profissionais que deveriam proteger o estudante fecham os olhos por não considerarem a gravidade da questão (Fante, 2005; Silva, 2015).

6.O QUE PENSAM AS PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA

As entrevistadas que colaboraram com a pesquisa foram quatro professoras da rede pública de ensino do município de São Luís- MA, sendo duas com formação em Pedagogia, uma formada em Licenciatura em Matemática e a outra formada em Licenciatura em Letras Português/Espanhol. As professoras possuem idades diferentes e níveis variados de experiência na docência, e serão apresentadas como professora A, professora B, professora C e professora D como exibido no quadro a seguir.

Quadro 2: Professoras da rede pública de ensino de São Luís- MA

	FORMAÇÃO	ANO DE FORMAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	TEMPO DE ATUAÇÃO NA ESCOLA	ANO QUE LECIONA
PROFESSORA A	PEDAGOGIA	2024	25 a 30	2 ANOS	2º ANO
PROFESSORA B	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	1998	45 a 50	15 ANOS	1º ANO
PROFESSORA C	LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL	2003	40 a 45	22 anos	Ensino Fundamental (9º ano) e Ensino Médio
PROFESSORA D	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA	1998	40 a 45	25 anos	5º ANO

Fonte: próprio da autora

A professora A é a que se formou mais recentemente e a mais nova. Atua na escola desde 2022 e leciona no 2º ano dos anos iniciais. A professora B é formada em Matemática, mas exerce a profissão de professora dos anos iniciais numa escola pública em São Luís, além disso, trabalha na área há mais tempo e na mesma turma há quinze anos. A professora C leciona na mesma escola há vinte e dois anos e trabalha no 9º ano do ensino fundamental e no ensino médio. A professora D trabalha na mesma escola há vinte e cinco anos e leciona no 5º ano do ensino fundamental.

O fato das docentes trabalharem em diferentes etapas de ensino possibilita uma maior abrangência no compartilhamento de experiências com o tema da pesquisa, pois o *bullying* está presente em todo tipo de escola, “[...] desde o jardim de infância até a faculdade, pública ou privada, rural ou urbana”. (Fante; Prudente, 2015, p. 137). Além disso, a diferença de idade e tempo de formação pressupõe diferenças na metodologia de cada uma, pois a experiência influencia nas concepções sobre o processo educativo, bem como a busca por atualizações de conhecimento.

Os professores são também afetados por esta necessidade de atualização de conhecimentos e competências. A sua vida profissional deve organizar-se de modo que tenham oportunidade, ou antes, se sintam obrigados a aperfeiçoar sua arte, e beneficiar-se de experiências vividas em diversos níveis da vida econômica, social e cultural. (Delors, 2003, p. 166)

Nesse sentido, na primeira pergunta, buscou-se questionar o entendimento das entrevistadas sobre a definição da temática abordada:

1. *Na sua concepção, o que é bullying?*

PROFESSORA A: “Bullying é quando alguém minimiza a pessoa, desqualifica a criança. Quando fica provocando e a outra criança não gosta e se sente desconfortável”.

PROFESSORA B: “É um comportamento agressivo e repetitivo, que envolve agressão e afeta o indivíduo”.

PROFESSORA C: “A não aceitação do outro como ele o é”.

PROFESSORA D: “É a falta de respeito, de educação. É uma violência”.

Ao responderem sobre o que é *bullying*, as professoras citam a falta de respeito e aceitação quanto às particularidades do indivíduo relacionando esses aspectos ao sentimento de quem sofre a ação. Enquanto as professoras A, C e D enfatizam a desqualificação, o desconforto, provocação e intolerância, a professora B prima por dar ênfase à agressão e à repetição das ações, algo que autores enfatizam na diferenciação do bullying com outros tipos de violência (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005; Silva, 2015; Guareschi, 2008). Embora uma das principais definições para o bullying seja atos de intimidação repetitivos e agressões é válido destacar que a maioria dos casos ocorre de forma silenciosa. (Fante, 2005; Lopes Neto, 2005; Silva, 2015)

Quando se trata de problemáticas não tão exploradas, mas relevantes, algo essencial para a atualização dos conhecimentos é a formação continuada. Docentes que estão na mesma função há muitos anos tendem a automatizar o seu trabalho.

A qualidade de ensino é determinada tanto ou mais pela formação contínua dos professores, do que pela sua formação inicial... A formação contínua não deve desenrolar-se, necessariamente, apenas no quadro do sistema educativo: um período de trabalho ou de estudo no setor económico pode também ser proveitoso para aproximação do saber e do saber-fazer. (Delors, 2003, p. 160)

Partindo desse pressuposto, a segunda pergunta foi sobre a participação em formações ou capacitações referentes ao *bullying* e a relevância desse tema no trabalho docente.

2. *Você já participou de formações, capacitações ou palestras relacionadas ao bullying escolar ou à gestão de conflitos? Acha que é um tema relevante para o seu trabalho?*

PROFESSORA A: “Já participei de palestras sobre esse tema, mas foi mais frequente em escolas da rede privada, que falava mais sobre essas questões de bullying. Eu acho que é um tema relevante, ainda mais se o professor observa dentro da sala de aula que tem aluno que se sente incomodado com isso dentro da sala ou fora da sala, porque por mais que não aconteça dentro da nossa sala, podemos observar na hora do recreio, e a gente tem que falar sobre o que se deve fazer”.

PROFESSORA B: “Sim, acho que é um tema importante”.

PROFESSORA C: “Já participei”.

PROFESSORA D: “Sim, é um tema que precisa ser discutido”.

As professoras assumem que já participaram de formações cujo tema abrange o *bullying* e admitem que a discussão é necessária. A professora A, no entanto, cita que formações nesse âmbito tiveram frequência maior na rede privada de ensino. Além disso, atenta-se para o fato de que o problema está presente também fora da sala de aula e que o docente deve buscar alternativas para o que se deve fazer para minimizar tal prática.

Nesse sentido, algo fundamental para a aquisição de novos saberes é a formação continuada, pois o desenvolvimento profissional docente resulta, também, da troca de experiências com os demais professores. Segundo Nóvoa (1995, p. 26), “[...] a troca de experiências e a partilha de saber consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar simultaneamente, o papel de formador e de formando”

De acordo com isso, Freire (1996, p. 43) afirma que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é a reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Nesse sentido, é fundamental que os docentes estejam abertos a renovarem

suas práticas, buscando atender a novas demandas referentes ao processo educativo.

Para Lawn (apud. Nóvoa, 1995, p. 26):

Eu quero que os professores não se limitem a imitar outros professores, mas que se comprometam (e reflitam) na educação das crianças numa nova sociedade; professores que fazem parte de um sistema que valoriza e lhes fornece os recursos e os apoios necessários a sua formação e desenvolvimento; professores que não são técnicos, Mas também criadores.

Neste contexto, os cursos de formação devem ter como objetivo a reflexão sobre a prática docente, suas limitações e ações permitindo o entendimento de que a formação do professor não é permanente, mas sim, constante, pois, a partir das mudanças da sociedade, novos conceitos surgem e ações devem ser revistas a fim de acompanhar essas mudanças.

A terceira pergunta aborda a observação das professoras sobre a ocorrência de *bullying* na escola em que trabalham e a faixa etária em que essas manifestações ocorrem com mais frequência.

3. *Você considera que o bullying é um problema recorrente na escola em que trabalha? Acha que há alguma faixa etária em que o problema é mais frequente?*

PROFESSORA A: “Onde eu trabalho o bullying é um problema recorrente, só que por serem crianças do 2º ano, isso não mexe tanto com elas, elas acabam nem entendendo que aquilo é bullying. Mas quando elas crescem isso fica mais frequente, depende muito da sala também. Tem sala que o bullying é mais frequente, principalmente com alunos da educação especial, porque eles são diferentes, eles agem de maneira diferente, ou qualquer outro aluno que seja um pouquinho mais diferente. Eu trabalho na zona rural, então existem vários contextos diferentes de crianças. Quando a criança não toma banho e vai fedorento pra escola ela acaba sofrendo bullying. Tem crianças que começam a xingar as outras de autistas, e mesmo conversando, falando que aquilo é errado, é recorrente. Você tem que ficar falando todo tempo que não é legal. Eu converso individualmente com cada um, falo o quanto isso incomoda. Acontece que mesmo quando isso não acontece na sala, eles observam na hora do recreio e, por já ter conversado com eles, eles vêm pontuar aquilo, pra que a gente fale com a professora, a professora converse, mas muitas vezes o que acontece é você conversar com o pai e ele não ligar pra esse tipo de situação, não faz nada. Então é bem complicado”.

PROFESSORA B: “Como trabalho com crianças menores, existe, mas não considero recorrente. Na minha opinião, a maior recorrência encontra-se na fase da adolescência, entre os 12 a 18 anos”.

PROFESSORA C: “Sim. Na faixa etária de todo o Fundamental o desrespeito é bem maior”.

PROFESSORA D: “Percebo que não é recorrente, mas surgem situações. Penso que o bullying acontece independente da faixa etária”.

A professora A faz apontamentos muito interessantes quanto às práticas de bullying, pois afirma que a frequência das agressões ocorre principalmente com alunos da educação especial porque “eles são diferentes e agem de maneira diferente” ou também com qualquer aluno que seja “um pouquinho mais diferente”. Em consonância a isso, Lopes Neto (2005) cita que:

A rejeição às diferenças é um fato descrito como de grande importância na ocorrência de bullying. No entanto, é provável que os autores escolham e utilizem possíveis diferenças como motivação para as agressões, sem que elas sejam, efetivamente, as causas do assédio. (Lopes Neto, 2005, p. 167)

Como exemplo, a professora A informa que os alunos que não tomam banho e fedem na escola também sofrem *bullying*, o que confirma a definição dada por Lopes Neto (2005) que prevê que o problema tem diversas motivações.

Bullying compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder. Essa assimetria de poder associada ao bullying pode ser conseqüente da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico ou emocional, ou do maior apoio dos demais estudantes. (Lopes Neto, 2005, p. 165)

Hannah Arendt (2007, p.16) diz que: “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer outra pessoa que tenha existido ou venha a existir.” Pois, cada pessoa é única com suas particularidades, saberes e características, com isso, Infanger (2014) ressalva que a ocorrência do *bullying* dentro da escola é decorrente da intolerância à diferença, no entanto, é necessário, também, analisar as engrenagens dos processos sociais que estruturam a escola.

As professoras B e C alegam que o *bullying* ocorre com maior frequência nas faixas etárias de 12 a 18 anos e em todo o fundamental. Já a professora D diz que o problema ocorre independente da faixa etária. Com isso, Lopes Neto (2005, p. 166) declara que “o bullying é mais prevalente entre alunos com idades entre 11 e 13 anos, sendo menos frequente na educação infantil e ensino médio”. Entretanto, as agressões estão presentes em toda a faixa etária, diferenciando-se na gravidade das ações (Fante, 2005).

Um outro questionamento diz respeito ao conhecimento dos tipos de *bullying* que as docentes observam na escola.

4. Qual tipo de bullying você mais observa na escola?

PROFESSORA A: “O que eu mais observo na escola é a questão de apelido, de xingar o outro... acontece também de querer bater, mas como eu fico mais com as crianças pequenas, a gente acaba intervindo. E eu vejo que a maioria das brincadeiras de querer bater são brincadeiras mesmo de luta, não é por conta de um bullying”.

PROFESSORA B: “O que mais observo são conflitos físicos e exclusão em brincadeiras e em outros momentos de interação. Os meninos reagem através de agressão física. Já as meninas optam pela exclusão”.

PROFESSORA C: “Violência verbal (apelidos). O desrespeito é bem maior entre os meninos. As meninas agem de forma sutil. É necessário que o alvo comunique para os professores e/ou gestão; já os meninos é algo escancarado”.

PROFESSORA D: “Apelidos, exclusão”.

As professoras admitem que os conflitos físicos, os apelidos e a exclusão são as ações mais recorrentes, entretanto, a professora A afirma que a natureza dos conflitos não é caracterizada pelo *bullying*, mas sim por “brincadeiras de luta”. As crianças relacionam-se de diferentes formas, realizando brincadeiras sem maiores riscos e as que podem ocasionar em algum acidente, caso não haja a supervisão de um adulto. Brincadeiras de luta referem-se a agredir fisicamente o colega, além de que, se for algo repetitivo com os mesmos indivíduos, pode ter motivações que acabam sendo despercebidas pelo professor.

É comum entre os alunos de uma classe a existência de diversos tipos de conflitos e tensões. Há ainda inúmeras outras interações agressivas, às vezes como diversão, ou como forma de autoafirmação e para se comprovarem as relações de força que os alunos estabelecem entre si. Caso exista na classe um agressor em potencial ou vários deles, seu comportamento agressivo influenciará nas atividades dos alunos, promovendo interações ásperas, veementes e violentas. (Fante, 2005, p. 47)

As docentes B e C apontam, ainda, que as agressões físicas e os apelidos são reações mais frequentes entre os meninos, enquanto as meninas reagem a partir da exclusão. Tais apontamentos estão em concordância com as pesquisas de Lopes Neto (2005) e Fante (2005), pois, segundo eles, os meninos praticam o *bullying* direto (apelidos, agressões físicas, ameaças, ofensas verbais) com frequência maior, enquanto as meninas reagem através de práticas mais sutis, como a indiferença e o isolamento.

São considerados bullying direto os apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que geram mal estar aos alvos. São atos utilizados com uma frequência quatro vezes maior entre os meninos. O bullying indireto compreende atitudes de indiferença, isolamento, difamação e negação aos desejos, sendo mais adotados pelas meninas. (Lopes Neto, 2005, p. 166)

As professoras falaram também se elas já presenciaram queixas de alunos sobre apelidos pejorativos e ações repetitivas desagradáveis, como mexer no material escolar do outro ou agressões verbais e físicas, que muitas vezes podem ser confundidas como brincadeiras, mas são práticas de *bullying*.

PROFESSORA A: “Acontece muito de ter apelido pejorativo, mas na hora a gente conversa e diz que o colega tem nome e não gosta, então não é pra chamar, porque se fosse o contrário, você não iria gostar. Já aconteceu essa questão de mexer no material escolar, jogar no chão, roubar alguma coisa. Geralmente nessas horas algum colega olha e comunica a gente e a gente conversa bastante. Manda uma mensagem de texto pra mãe pra pelo menos ela ficar ciente do que tá acontecendo na escola, mas é muito difícil os pais irem na escola. Agressões verbais como chamar de ‘burro, feia, autista, perna torta, não tem mãe, pai ladrão’. Às vezes eles falam essas coisas sem nem pensar, ou porque ouviram do pai ou de alguém e a gente tem que parar pra conversar. Eu converso mais individualmente e o responsável da turma conversa com a turma toda. Quando estou como responsável da turma, também converso com a turma toda. Na hora eles entendem, mas como são crianças e é um hábito, no outro dia acaba se repetindo e a gente tem que conversar de novo”.

PROFESSORA B: “Sim, pegar materiais e brinquedos sem permissão, agressão e exclusão acontece também”.

PROFESSORA C: “Sim. Conversei com as partes e pedi consciência e respeito por parte do agressor. Chamei a atenção para o estrago que ele estava ocasionando na vida do colega”.

PROFESSORA D: “Sim. Conversei com a turma sobre o acontecido, depois com os envolvidos, e também repasso para a gestão da escola, a conversa com a família também é muito importante”.

A professora A exemplifica de forma clara as múltiplas facetas do *bullying*, visto que, a partir da sua fala, podemos perceber as formas de manifestação do fenômeno, como mexer ou furtar o material alheio, dar apelidos pejorativos que deixam a vítima desconfortável, as agressões verbais sobre características físicas ou sobre a relação familiar, além de destacar que, por mais que haja a repreensão no momento do ato e a tentativa de falar com os responsáveis dos autores, as ações continuam se repetindo. As demais docentes relatam que já presenciaram todas as ações mencionadas na questão e admitem que as suas repreensões consistiram em conversar com os envolvidos pedindo consciência e, no caso da professora D, também relatar à gestão.

É válido destacar também os desafios que os docentes encontram na identificação do *bullying* e se os alunos se queixam quando estão desconfortáveis com alguma situação.

5. Quais desafios você encontra para tentar identificar situações de *bullying*? Os alunos evitam se relacionar ou contar quando algo os incomoda?

PROFESSORA A: “A maioria dos alunos não evita falar sobre o bullying e é muito fácil identificar porque muitos não têm papas na língua, eles falam mesmo, ainda mais as crianças do 2º ano. Aí a gente consegue intervir melhor. Com outros alunos maiores que me relatam, eles dizem que em outras escolas eles já sofreram bullying, mas nessa não.

PROFESSORA B: “Tenho dois desafios: o primeiro é a sala cheia e grande número de crianças atípicas com apenas uma professora e isso impossibilita uma observação global e individualizada a contento. O segundo é conseguir ganhar a confiança da criança para que possa comunicar o que está acontecendo. Algumas vezes se mostram inseguras”.

PROFESSORA C: “Quando a ação do agressor é silenciosa, fica mais difícil, porque dependemos da fala do agredido que se cala. São poucos os alunos que falam da agressão. Muitas vezes ficamos sabendo da agressão por outros alunos que tomam as dores do aluno agredido”.

PROFESSORA D: “Fico bem atenta ao que acontece na sala; converso muito com a turma sobre respeito. Se acontecer qualquer situação de desrespeito entre os alunos, peço que falem”.

Podemos observar um contraponto entre as respostas das professoras A e das professoras B e C, pois enquanto a primeira relata não ter dificuldades quanto às denúncias dos alunos, as demais citam que os desafios presentes na rotina escolar dificultam o processo de identificação e ação das práticas agressivas. Para isso, Lopes Neto (2005) declara que:

Considerando-se que a maioria dos atos de bullying ocorre fora da visão dos adultos, que grande parte das vítimas não reage ou fala sobre a agressão sofrida, pode-se entender por que professores e pais têm pouca percepção do bullying, subestimam a sua prevalência e atuam de forma insuficiente para a redução e interrupção dessas situações. (Lopes Neto, 2005, p.166)

Nesse sentido, é importante salientar a importância da participação dos demais alunos na identificação das ações agressivas, pois “quando as testemunhas interferem e tentam cessar o bullying, essas ações são efetivas na maioria dos casos”. (Lopes Neto, 2005, p.168). É fundamental que o professor incentive o diálogo com a turma a fim de prevenir essas ações, já que, devido às demandas intensas da rotina escolar, a identificação dos sinais é dificultosa e os personagens envolvidos se calam.

Nesse contexto, as professoras foram questionadas se a rotina agitada dos alunos inviabiliza a detecção das práticas violentas, como a professora B relatou anteriormente.

6. *Você acredita que a rotina escolar oferece oportunidades suficientes para observar interações entre alunos e detectar possíveis problemas? Explique.*

PROFESSORA A: “A rotina na sala de aula, muitas vezes, não dá pra detectar esses possíveis problemas entre interações dos alunos, porque dentro da escola pública, às vezes, são muitas provas, é uma rotina muito corrida, por mais que você tenha uma liberdade maior ali, porque demoram a chegar os

livros, são vários livros, muitas atividades e você tem que correr, principalmente no 2º ano e no 5º ano porque têm muitas provas, muita pressão pra eles serem alfabetizados, então identificar esses problemas, essa questão do bullying, fica em segundo plano”.

PROFESSORA B: “Não. Como falei anteriormente, as salas possuem um número grande de crianças para uma professora. Logo, se torna complicado realizar uma observação plena desses comportamentos. Sendo assim, precisamos que a criança sinalize e nem sempre ela o faz”.

PROFESSORA C: “Não. As turmas são superlotadas, implicando diretamente na não detecção de determinadas ações como o bullying”.

PROFESSORA D: “Sim, como citei anteriormente, fico atenta, sou muito observadora. Conversar com a turma sobre o que incomoda é muito importante, os alunos se sentem seguros”.

Como visto, a maioria das professoras relata as dificuldades presentes na rotina escolar, pois os docentes constantemente estão demasiado atarefados, com sobrecarga de trabalho, falta de estrutura nas escolas e desvalorização da profissão. Com isso, a desmotivação no trabalho aparece e as práticas se tornam mais automatizadas. Ademais, por muitas vezes não saberem lidar com as situações, acabam não dando atenção aos relatos que ocasionalmente recebem, “[...] a imagem do aluno quietinho, disciplinado, um bonequinho sem voz, muitas vezes, ainda persiste no imaginário docente” (Pacheco, 2008, p. 138).

Rolim (2015) adiciona que:

As práticas de bullying, presentes especialmente nas escolas, são muitas vezes invisíveis para os professores e pais. O cotidiano repetitivo de violações – que compreende desde as ocorrências de furtos, roubos, ameaças e agressões físicas, até as situações comuns de humilhação e de oferta sistemática do isolamento pela maledicência – perfaz como que o “pano de fundo” da escola, sendo raramente percebido em sua dinâmica destrutiva. (Rolim, 2015, p. 111)

Um ponto importante a ser considerado é a proximidade dos regentes de sala com os estudantes, pois se o professor torna a sala um ambiente acolhedor, há uma possibilidade maior do aluno relatar quando alguma situação o incomoda.

7. *Em que medida (0 a 10) o vínculo afetivo entre você e seus alunos ajuda na identificação dos casos? Explique.*

PROFESSORA A: “Eu tenho uma relação muito boa com meus alunos. Brinco e converso muito com eles, o que me possibilita identificar e eles vão me falar também. A gente tem um vínculo muito bom pra esse tipo de conversa.

PROFESSORA B: “Eu procuro manter uma relação afetiva boa e amigável com as crianças para que possam ganhar confiança e segurança para conversar sobre qualquer acontecimento. Sempre estou disposta a ouvir a criança”.

PROFESSORA C: 08

PROFESSORA D: “Penso que 9, pois como disse anteriormente, conversei muito com os alunos e para que eles falem se estão sofrendo algum tipo de bullying”.

Para abordar a relação entre professor e aluno, cabe citar a definição de cultura da paz citada por Milani (2003):

[...] a abordagem da Cultura de Paz ressalta diversas necessidades e estratégias: uma relação educador-educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos; processos decisórios democráticos, com a efetiva participação dos alunos e de seus pais nos destinos da comunidade escolar; implementação de programas de capacitação continuada de professores; aproveitamento das oportunidades educativas para o aprendizado do respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos; abandono do modelo vigente de competição e individualismo por outro, fundamentado na cooperação e trabalho conjunto etc. (Milani, 2003, p. 38).

Com isso, destaca-se que o êxito do trabalho docente depende da relação entre os componentes do processo de ensino-aprendizagem, além do estabelecimento de uma relação respeitosa que implica num processo de confiança mútua. As práticas de *bullying* expõem as vítimas a situações vexatórias e humilhantes, portanto, oportunizar uma relação de confiança é fundamental para o solucionamento do problema e minimização das consequências.

Por fim, as professoras concluíram a entrevista informando sobre o que poderiam incluir nas suas práticas pedagógicas para auxiliar no enfrentamento do *bullying*. Além disso, opinaram sobre o que a escola, no geral, deve fazer para auxiliar na prevenção dessa problemática.

PROFESSORA A: “Eu acho que iria depender muito da turma que eu estou, porque cada turma vai agir de uma maneira diferente. Eu frequento duas turmas do 2º ano, uma que tem mais esse bullying, e outra que é muito calma. Então com a mais agitada eu faria uma dinâmica, algo em que eles pudessem ver o problema daquilo que eles tão causando. E com a turma mais calma eu passaria um filme, uma coisa mais leve, e depois a gente conversaria sobre, ou até mesmo uma historinha, pra conversar e debater junto. É importante também que a escola auxilie na prevenção. A coordenação possa intervir principalmente se for uma coisa muito recorrente na sala de aula. Que possa fazer um projeto... já aconteceu na escola, mas não abrangeu a turma que eu tava. Aconteceu com o 3º ano, que era uma turma que fazia muito bullying. Acho importante alunos maiores fazerem esse projeto, irem na sala dos pequenos, dizer que não é legal, pra começar desde o 1º ano, pra eles verem isso. Implementar também questões de grupo, pra que a turma seja unida, empática. Acho que se a gente conseguir fazer isso, a questão do bullying já melhora demais”.

PROFESSORA B: “Eu acho que é fundamental adotar práticas pedagógicas que promovam a empatia, o respeito e a valorização das diferenças. É importante que tenha na escola momentos de contação de história, teatro e dramatizações que abordem o assunto, brincadeiras e jogos que incentivem

a colaboração em vez da competição, trabalhos em grupo para a interação, projetos feitos pela gestão e é importante destacar o envolvimento da família também”.

PROFESSORA C: “Deixar claro para o aluno que ele pode confiar em mim. Que eu posso ajudá-lo de alguma forma. A escola deveria trabalhar com a expulsão de alunos repetentes na prática do bullying. Fazê-los temer algo, já que a educação de casa não está fazendo muito efeito quanto ao combate de tal desrespeito”.

PROFESSORA D: “Penso que a conversa sobre respeitar as pessoas. A escola pode oferecer formação e projetos para abordar o assunto”.

A professora A cita a realização de dinâmicas e filmes que possibilitem a reflexão sobre as práticas de violência, além de estabelecer conexões com os alunos mais velhos através do compartilhamento de experiências e trabalhos em grupo. Essas são ideias presentes em programas de combate ao *bullying* que marcaram a disseminação do tema ao longo da história o obtiveram resultados satisfatórios, como o programa The Role of Peer Support Against School Bullying, da Inglaterra, que consistia no estímulo à amizade e cooperação entre pares. (Fante, 2005). Entretanto, as dinâmicas devem ter planejamento e objetivos bem estabelecidos. Para Fante (2005), a prevenção do *bullying* deve começar com a capacitação dos profissionais para que consigam identificar e definir estratégias para a solução do problema. A prática docente deve ser atualizada constantemente a fim de melhorá-la e reinventá-la de acordo com os desafios de cada realidade.

O despreparo dos professores ocorre porque, tradicionalmente, nos cursos de formação acadêmica e nos cursos de capacitação, são treinados com técnicas que unicamente os habilitam para o ensino de suas disciplinas, não sendo valorizada a necessidade de lidarem com o afeto e muito menos com os conflitos e com os sentimentos dos alunos. (Fante, 2005, p. 68)

As professoras destacaram a importância de práticas educativas que promovam o afeto, o respeito e a empatia. Em consonância a isso, Fante (2005, p.93) afirma que, como a violência é aprendida através das interações sociais, então comportamentos não-agressivos também podem ser ensinados “para que se possa lidar com as frustrações e com a raiva, e ensinar habilidades para que os conflitos possam ser solucionados por meios pacíficos”.

Freire (1996) cita a necessidade de cuidado do professor com as suas próprias práticas, para que a violência não seja propagada por ele. “Sem bater fisicamente no educando, o professor pode golpeá-lo, impor-lhe desgostos e prejudicá-lo no processo de sua aprendizagem” (Freire, 1996, p.138)

A fala da professora C se torna contraditória visto que a confiança não está atrelada ao medo e, ao dizer que a escola deveria expulsar alunos repetentes na prática de *bullying* e fazê-los temer algo, conclui que a resposta para o *bullying* é a violência, o que vai de encontro ao pensamento de Lopes Neto (2005) que diz que:

Aos alunos autores, devem ser dadas condições para que desenvolvam comportamentos mais amigáveis e sadios, evitando o uso de ações puramente punitivas, como castigos, suspensões ou exclusão do ambiente escolar, que acabam por marginalizá-los. (Lopes Neto, 2005, p. 170)

Portanto, ações punitivas não são a solução para o problema visto que as causas têm raízes muito mais profundas. Os atos agressivos devem ser respondidos a partir de práticas que assumam que a violência não deve ser meio para chamar a atenção, para legitimar o seu poder ou responder a frustrações. Mas sim, trabalhar a empatia, principalmente entre agressores e espectadores, disseminando valores como o respeito, a solidariedade e a cooperação.

As escolas deveriam educar as emoções dos seus alunos, estimulando-os a pensarem antes de reagir; a lidarem com seus medos, angústias, rejeições, fracassos e frustrações; a canalizarem sua agressividade para atividades proativas; enfim, a não terem medo do medo, a serem líderes de si mesmos, autores de suas próprias histórias. (Fante, 2005, p. 97)

Para isso, deve haver o conhecimento da realidade da escola e o compromisso de intervir nos problemas com a participação de todos os profissionais que a compõem, da família e da comunidade (Fante, 2005). Além disso, os alunos devem se perceber como parte importante desse processo, tanto na supervisão quanto na intervenção dos atos de *bullying*, pois somente acontecerá uma educação para a transformação quando as crianças e jovens desenvolverem valores que os farão pensar criticamente sobre a sua realidade e sobre as ações necessárias para a transformação da humanidade em uma melhor (Lluís Carreras apud. Fante, 2005).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do trabalho de pesquisa, constatou-se que havia uma dificuldade em encontrar estudos sobre o *bullying* escolar no município de São Luís. A partir dessa lacuna, surgiu a necessidade de se estudar sobre o papel do docente na identificação e enfrentamento do problema, visto que o professor é a autoridade mais próxima dos alunos, vivencia a rotina escolar e o problema afeta consideravelmente a vida dos protagonistas, deixando consequências graves.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral investigar como o docente deve agir na identificação e enfrentamento do *bullying*. Constata-se que o objetivo foi atendido porque efetivamente o trabalho conseguiu certificar que o professor precisa desenvolver estratégias de intervenção e prevenção, adotando práticas educativas voltadas para valores morais, éticos, sociais e culturais, a fim de propagar o pensamento crítico dos educandos e despertar o sentimento de empatia e respeito mútuo.

Além do objetivo geral, o trabalho apresentou objetivos específicos que orientaram a estrutura da pesquisa. O primeiro, que buscou identificar os tipos de *bullying* e os contextos em que ocorrem, foi atendido a partir da exposição de que o fenômeno caracteriza-se como ações agressivas de forma explícita (direta) ou velada (indireta) intencionais, repetitivas e com desequilíbrio de poder que afetam as vítimas, os autores, os espectadores e toda a comunidade escolar.

O segundo visou conhecer os personagens e as consequências dessas manifestações, sendo atendido no capítulo 4, que esmiuça os conceitos de autores como Fante (2005), Lopes Neto (2005) e Silva (2015), principais responsáveis pela fundamentação deste trabalho. Nesse sentido, os personagens que fazem parte dessas ações são as vítimas (típicas, provocadoras e agressoras), os agressores e os espectadores/testemunhas. As causas e consequências foram explicitadas no subcapítulo 4.2. informando que as causas vão desde fatores econômicos, sociais e culturais, até a permissividade dos pais em relação aos filhos. As consequências compreendem as vítimas, agressores e espectadores, abarcando sintomas físicos, problemas psicológicos, perda da autoestima, autoconfiança, influência nas relações interpessoais, pensamentos suicidas e insegurança na escola.

Já o terceiro objetivo consiste em reconhecer como o docente da rede pública municipal lida com o *bullying* a fim de prevenir essa questão. Foi satisfatório visto que as entrevistas possibilitaram que as professoras falassem sobre a sua rotina e em como elas agem em situações de violência. Algumas docentes informaram que a rotina agitada e o silêncio das vítimas dificultam as suas práticas. Para a prevenção, citaram práticas pedagógicas voltadas ao diálogo, a dinâmicas participativas, além do apoio da gestão na promoção de projetos contra o *bullying* e a importância da família aliada à escola.

Para que possam ser desenvolvidas estratégias de intervenção e prevenção ao *bullying*, a ação não é exclusiva do professor, pois é fundamental que a escola e os pais estejam cientes da existência do fenômeno e de suas consequências. A escola como um espaço de interação social e construção de valores sociais, morais e culturais deve compreender e aceitar que o *bullying* ocorre em todas as instituições e suas consequências são devastadoras. Por isso, deve oferecer condições suficientes para a formação íntegra e cidadã dos seus alunos.

Portanto, o professor deve trabalhar aliado à escola e à família para prevenir as ações de violência, observando as atitudes, comportamento e queixas dos alunos, além de adotar práticas de ensino que incluam o combate ao *bullying*, como o diálogo sobre a problemática dentro da sala de aula, visando uma educação acolhedora e voltada para a paz.

REFERÊNCIAS

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 13 de julho de 2008. Brasília: Imprensa Nacional, 2009.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. Lei n. 13.185, de 06 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). **Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil**. nº 213. Brasília: Imprensa Nacional, 2015.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Desafios e alternativas: violência nas escolas**. Brasília. UNESCO/UNDP, 2003.

ALEMA. **Efeitos do Bullying e Cyberbullying são abordados no Programa ‘Café com Notícias’**. 2024. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/sitealema/efeitos-do-bullying-e-cyberbullying-sao-abordados-no-programa-cafe-com-noticias/#:~:text=Segundo%20os%20n%C3%BAmeros%20de%20atas,em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20m%C3%A9dia%20anual>. Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

ARAÚJO, J. B.; GOMES, F. J. C. **A perspectiva do Professor diante do Bullying no Âmbito Escolar**. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia do Campus Jataí-UFG. V.1, n.16, 2014. ISSN: 1807-93-42.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução por Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARROYO, M. Apresentação do livro. In: VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. de (Org.). **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Maureen. **Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na Escola**. Artmed Editora S.A., Santana, 2007.

BIAZI, Maria Helena; Tomé, Cristinne Leus. **Formação Continuada: a importância da formação docente**. Revista Eventos Pedagógicos. v.2, n. 2, p. 132-141, Ago./Dez., 2011

BORGES, Iara Farias. **Pesquisa do DataSenado revela que quase 7 milhões de estudantes sofreram violência na escola**. Rádio Senado, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/07/04/pesquisa-do-datasenado-revela-que-quase-8-milhoes-de-estudantes-sofreram-violencia-na-escola> Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

BRASIL, Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.html. Acesso em 15 de novembro de 2024.

CALHAU, Lélío Braga. **Bullying: o que você precisa saber: identificação, prevenção e repressão**. 2ª ed. -Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

CARNEIRO, Francisquinha Galvão. **Bullying no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social** – Pontifícia Universidade Católica de Goiás- Goiânia, 2020.

COSTANTINI, Alessandro. **Bullying, como combatê-lo? : Prevenir e enfrentar a violência entre jovens**. Tradução Eugenio Vinci de Moraes. São Paulo:Itália Nova Editora, 2004.

COWIE, Helen; OLAFSSON, Ragnar. **The Role of Peer Support in Helping the Victims of Bullying in a School with Levels of Aggression**. School of Psychology and Counselling, Roehampton Institute. London, 2000.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. ed. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

FANTE, C. & PEDRA, J. A. **Bullying Escolar: perguntas e respostas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**- 2 ed. rev. e amp.- Campinas, SP: Verus Editora, 2005.
FERREIRA, Cádía Carolina Morosetti. **A produção de Sentidos sobre o Bullying entre professores/as no cotidiano escolar**. Rio Grande do Sul, 2019. 138 p., 30 cm.

FORD, Jonathan. **Tiroteio na escola Westside**. Enciclopédia do Arkansas. Julho de 2024. Disponível em: <https://encyclopediaofarkansas.net/entries/westside-school-shooting-3717/> Acesso em: 12 de janeiro de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

G1. **Bullying motivou 87% de ataques em escolas, diz estudo dos EUA**. 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/04/bullying-motivou-87-de-ataques-em-escolas-diz-estudo-dos-eua.html> Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

G1. **Família de aluno que morreu após agressão em escola sofre ameaças por causa de perfis falsos nas redes sociais**. Santos, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2024/05/02/familia-de-carlinhos-aluno-que-morreu-apos-ser-agredido-em-escola-e-alvo-de-ameacas-sem-controle-video.ghtml> Acesso em 11 de janeiro de 2025.

GUARESCHI, A. P. SILVA, M. R. da. (Coord.) **Bullying Mais Sério do que se imagina**. 2ª. ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Rio de Janeiro, 2021. ISBN 978-65-87201-77-1.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

INFANGER, F. C. De A. **A intolerância ao diferente: o problema do bullying escolar**. 2014. Tese (Doutorado em Direito Penal) – Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

Instituto Sou da Paz. **Ataques armados a escolas vitimaram 93 pessoas nos últimos 20 anos, veja levantamento do Sou da Paz**. 2023. Disponível em: <https://soudapaz.org/noticias/ataques-armados-a-escolas-vitimaram-93-pessoas-nos-ultimos-20-anos-veja-levantamento-do-sou-da-paz/> Acesso em 11 de janeiro de 2025.

Jornal Esquina. **Os males da Internet**. Repositório UniCEUB. 2011. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/7391> Acesso em: 10 de fevereiro de 2025

KRAMER; LEITE, M. I. (Org.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. São Paulo: Papyrus, 1995.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LIMA, Ana Paula Canto. **Bullying, cyberbullying: a perversidade que deixa marcas**. JOTA, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/artigos/bullying-cyberbullying-a-perversidade-que-deixa-marcas> Acesso em: 12 de fevereiro de 2025.

LOPES NETO, A. A. **Bullying: Comportamento Agressivo entre Estudantes**. Jornal de Pediatria, (Rio J.) nº. 81, nº.5 suppl. Porto Alegre Nov. 2005. 164 – 172.
MADEIRO, Carlos. **Bullying: Brasil tem recorde de registros em 2023, com 10 mil casos por mês**. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/columnas/carlos-madeiro/2024/01/25/com-10-mil-casos-por-mes-pais-tem-recordede-registros-de-bullying-em-2023.htm> Acesso em: 10 de janeiro de 2025

MAIA, A. A.; LEME, F. R. **O Fenômeno Bullying na escola pública, na perspectiva do pensamento de Zygmunt Bauman**. v.4, n.8, 2014. p. 131-156.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica** – 5. Ed.- São Paulo: Atlas. 2003.
MARRAN, Phellipe Boy. **Columbine: o massacre que apresentou o Bullying ao mundo**. JUSBRASIL. Canal Ciências Criminais. 2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/columbine-o-massacre-que-apresentou-o-bullying-ao-mundo/521659037> Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

MARTINS, Cauê. **38% das escolas brasileiras relatam problemas com bullying**. ABRACE. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2024. Disponível em: <https://abraceprogramaspreventivos.com.br/38-das-escolas-brasileiras-relatam-problemas-com-bullying/#:~:text=Os%20question%C3%A1rios%20foram%20respondidos%20pelas,q ue%20registraram%20ocorr%C3%AAs%20de%20bullying>. Acesso em: 10 de janeiro de 2025

MELO, E. R. **Justiça Restaurativa e seus Desafios Históricos-culturais**. Um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em

contraposição à justiça retributiva. In: Slakmon, C., R. De Vitto, e R. Gomes Pinto, (Org). **Justiça Restaurativa** (Brasília – DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD), 2005.

MILANI, Feizi Masrour. **Cultura de paz X violências: papel e desafios da escola.** In: MILANI, F.M; JESUS, R.D.P. Cultura da Paz: estratégias, mapas e bússolas. Salvador: INPAZ, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2012.

Nações Unidas Brasil. **Pesquisa da ONU mostra que metade das crianças e jovens do mundo já sofreu bullying.** Brasília, 2017. Disponível em:

<https://brasil.un.org/pt-br/75467-pesquisa-da-onu-mostra-que-metade-das-crian%C3%A7as-e-jovens-do-mundo-j%C3%A1-sofreu-bullying> Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: _____. (Org.). **Vidas de Professores.** 2.ed. Lisboa: Porto Editora, 1995a. (p.11-30)..

OGLOBO. O Massacre de Realengo completa 13 anos. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/04/08/massacre-de-realengo-completa-13-anos-relembre.ghtml> Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração e Programa sobre uma Cultura de Paz.** Resolução Aprovada por Assembleia Geral em 06 de outubro de 1999, nº53/243. Disponível em: . Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** [Livro eletrônico]. 6. ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

PACHECO. C. R. C. **Violência, Educação e Autoridade: Entre as águas que arrastam e as margens que aprisionam.** In: CUNHA, J. L.; DANI, L. S. C. (Org.). Escola: conflitos e violência. Santa Maria: UFSM, 2008.

PRUDENTE, N. M. **O bullying no ambiente escolar: compreensão e enfrentamento.** In: FANTE, C.; PRUDENTE, N. M. (Org.). **Bullying em debate.** São Paulo: Paulinas, 2015.

RODRIGUES, Franciele. **Cresce número de notificações sobre bullying nas escolas.** Londrina, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2024/04/08/cresce-numero-de-notificacoes-sobre-bullying-nas-escolas> Acesso em: 10 de janeiro de 2025.

RODRIGUES, Polyana Marques Lima; LIMA, Willams dos Santos Rodrigues; VIANA, Maria Aparecida Pereira. **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA: A ARTE DE ENSINAR E O FAZER COTIDIANO.** Saberes docentes em ação, v.03, n. 01, Set., 2017.

ROLIM, M. **Bullying: o pesadelo das escolas – um estudo de caso e notas sobre o que fazer.** 2008, 174 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROLIM, M. **Segurança Pública e Bullying.** In: FANTE, C.; PRUDENTE, N. M. (Org.). **Bullying em debate.** São Paulo: Paulinas, 2015. p. 109 – 128.

SANTOS, M. M.; KIENEN, N. **Características do Bullying na Percepção de Alunos e Professores de uma Escola de Ensino Fundamental**. Temas em Psicologia. v.22, n.1. 2014. P. 161-178. DOI: 10.9788/ TP2014.1-13.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**- 2 ed.- São Paulo: Globo, 2015.

SILVA, Elias do Nascimento Silva. **Uma análise bibliográfica em torno do bullying: histórico, consequências e medidas de combate a essa brincadeira sem graça**.

TJDFT. **Diferença entre Igualdade e Equidade**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/diferenca-entre-igualdade-e-equidade> Acesso em: 11 de janeiro de 2025.

TOGNETTA, L. R. P. **Violência Na escola: os sinais de bullying e o olhar necessário aos sentimentos**. In: PONTES, A.; DE LIMA, V. S. (Org.). **Construindo saberes em educação**. Porto Alegre: Zouk, 2005.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Estamos em Conflito: eu, comigo e com você! Uma reflexão sobre o bullying e suas Causas Afetivas**. In: CUNHA, J. L.; DANI, L. S. C. (Org.). **Escola: conflitos e violência**. Santa Maria: UFSM, 2008.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

VINYAMATA. E. **Aprender a partir do conflito: conflitolgia e educação**. Porto Alegre: Artmed, 2005.